

agentes públicos responsáveis e da empresa contratada no pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
8.9 As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 9.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 9.2 Aberta a sessão, o Pregoeiro verificará se as propostas foram abertas e desclassificadas automaticamente, aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, que continham vícios insanáveis, ilegalidades, que apresentem elementos que identifiquem o licitante, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.
- 9.2.1 A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 9.2.2 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 9.3 Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.
- 9.4 O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, e somente estas participarão da fase de lances.

10. DA FORMULAÇÃO DE LANCES E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 10.1 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes classificados deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 10.1.1 O lance deverá ser ofertado pelo VALOR POR LOCALIDADE de cada item, CALCULADOS CONFORME QUADRO RESUMO DA PLANILHA CONSTANTE DO ANEXO II DESTA EDITAL, sendo que o sistema automaticamente fornecerá o valor global da contratação para o grupo.
- 10.2 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 10.3 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 10.4 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 3 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 10.5 Será admitido para o envio de lances na prego eletrônica o modo de digitar "aberto e fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 10.5.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 10.5.2 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preço até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 10.5.2.1 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os demais melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 10.5.3 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 10.5.4 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 10.5.5 Poderá o pregoeiro, ao término da etapa fechada, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.
- 10.6 Após a etapa de envio de lances, e também quando não houver envio de lances após o início da fase competitiva, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, conforme o caso, seguida da aplicação do critério estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei 8666/1993, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.
- 10.7 Em sendo ofertados lances de mesmo valor, prevalecerá aquele que for recebido e registrado no sistema em primeiro lugar.
- 10.7.1 Na hipótese de empate o empate, a proposta vencedora será sortada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 10.8 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 10.9 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para o envio dos lances.
- 10.9.1 Se a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridos vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no site eletrônico utilizado para divulgação.
- 10.10 Caso o licitante não apresente lances, não concorra com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

11. DA NEGOCIAÇÃO

- 11.1 Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro deverá encaminhar contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 11.2 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta a passar à subseqüente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 11.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

12. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 12.1 Encerrada a sessão, o licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar será microempresa ou empresa de pequeno porte, com condição prévia para aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará no Portal da Transparência do Governo Federal (<https://www.portalatransparencia.gov.br>) se o somatório dos valores das ordens bancárias recebidas pelo licitante, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data da licitação, não ultrapassa o limite previsto no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.
- 12.1.1 Constatada a ocorrência de qualquer das situações de extração do limite legal, o Pregoeiro deverá indeferir a aplicação do tratamento diferenciado em favor do licitante, conforme art. 3º, §§ 9º, 9º-A, 10 e 12, da Lei Complementar nº 123/2006, com a consequente recusa do lance final, sem prejuízo das penalidades aplicáveis ao caso.
- 12.2 Encerrada a etapa prévia para aceitação da proposta, o licitante melhor classificado será convocado para enviar, sob pena de desclassificação, por meio de upload no sistema, proposta de preços escrita, adequada ao seu último lance ofertado após a negociação, acompanhada de planilhas de custos e formação de preços dos serviços, individualizadas por localidade, sendo-lhe estabelecido prazo razoável para esse envio, que não poderá ser inferior a 120 (cento e vinte) minutos.
- 12.2.1 O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação do licitante, escrita e justificada e formulada antes de findo o prazo estabelecido.
- 12.3 Para possibilitar análise de suas planilhas de custos e formação de preços, os licitantes deverão apresentar os seguintes documentos complementares:
- 12.3.1 Planilhas de preços unitários e totais ofertados para uniformes;
- 12.3.2 Memória de cálculo detalhada contendo a metodologia e fórmulas adotadas pelo licitante para obtenção dos valores propostos para os componentes de sua planilha de custos e formação de preços;
- 12.3.3 Documento apto a compor o Livro Acidentário de Prevenção (LAP) do licitante;
- 12.3.4 Cópia da norma coletiva de trabalho (Convenção Coletiva de Trabalho, Acordo Coletivo de Trabalho, etc.) utilizada para o cálculo do salário e demais valores trabalhistas definidos na planilha de custos e formação de preços.
- 12.4 Se os documentos complementares à análise das planilhas de custos e formação de preços não forem encaminhados juntamente a estas, o Pregoeiro poderá fixar prazo para a apresentação.
- 12.5 A inequivalência dos valores referentes a itens isolados das planilhas de custos e formação de preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrarie exigências legais e o valor total ofertado seja exequível.
- 12.5.1 No ciclo do valor estimado pela Administração foi utilizada a Convenção Coletiva de Trabalho firmada entre o Sindicato dos Empregados de Empresas de Asseio, Conservação, Limpeza Pública e Ambiental, Coletiva de Lim e Similares do Estado de Goiás (CNPJ 02.851.939/0001-95) e Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Limpeza Urbana e Terciarização de Mão-de-Obra do Estado de Goiás (CNPJ 02.572.767/0001-41) e o valor estimado pelo Termo Aditivo GOMOPV/2012/2013 (CNPJ 02.851.939/0001-95).
- 12.6.1 Se na data de abertura de certa Convenção Coletiva de Trabalho utilizada por esta TRE-GO para a formação de seus preços for alterada/substituída, os licitantes que a ela estiverem vinculados por força de seu enquadramento sindical deverão apresentar suas propostas observando as normas e haveres determinados pelo novo instrumento normativo.
- 12.6.2 A Convenção Coletiva de Trabalho utilizada para o cálculo do valor estimado pela Administração não é de utilização obrigatória pelos licitantes, que deverão observar, para a composição de seus preços, a norma coletiva de trabalho firmada pela entidade à qual estejam vinculados em razão de seu enquadramento sindical, vigente à época da abertura do certame objeto deste edital.
- 12.7 O Pregoeiro examinará a proposta quanto à sua exequibilidade, à sua adequação ao objeto e à compatibilidade do preço ao máximo estipulado para a contratação neste edital.
- 12.8 O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do TRE/GO ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.
- 12.9 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta vencedora, podendo, o Pregoeiro, fixar prazo para seu retiro.
- 12.9.1 O ajuste da planilha não poderá implicar aumento do valor global da proposta apresentada.

12.10 Será desclassificada a proposta que:

- 12.10.1 Não esteja em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;
- 12.10.2 Conteúdo vício insanável ou ilegalidade;
- 12.10.3 Apresente valores por item, por dia, mensal, anual ou global da contratação, superiores aos estimados por esta Corte, ou manifestamente inexequíveis;
- 12.10.3.1 Os valores estimados pela Administração estão registrados no Anexo II deste edital.
- 12.10.3.2 Considera-se manifestamente inexequível a proposta que, comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços, global ou unitários, simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 12.10.3.3 A inequivalência dos valores referentes a itens isolados das planilhas de custos e formação de preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrarie exigências legais e o valor total ofertado seja exequível.
- 12.11 Se houver indícios de inequivalência da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993, a exemplo das enumeradas no anexo VII-A, item 9.4 da IN nº 05/2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 12.11.1 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para averiguar a inequivalência e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 12.11.2 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 12.12 Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido
- 12.13 O não atendimento às diligências para correção ou justificativa de eventuais falhas apontadas pelo Pregoeiro ou para comprovação da exequibilidade dos preços, implicará na desclassificação da proposta.
- 12.14 O licitante que abandonar a sessão, abandonar a sessão e a documentação indicada neste Edital, será desclassificado e sujeita-se às sanções previstas em Lei e neste instrumento convocatório.
- 12.15 Se a proposta não for aceita, ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.
- 12.16 Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, o licitante será declarado vencedor.

13. DA HABILITAÇÃO

- 13.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará a eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 13.1.1 SICAF;
- 13.1.1.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 13.1.1.2 Tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, listas de fornecedores similares, dentre outros.
- 13.1.1.3 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 13.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;
- 13.1.3 Cadastro Nacional de Condições Orais por Ato de Impedimento Administrativo, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;
- 13.1.4 Lista de Inidôneos e Cadastro Impeditivo de Condições por Ilícitos Administrativos - CIDCON, mantido pelo Tribunal de Contas da União - TCU;
- 13.2 Caso a consulta em qualquer um dos sistemas e também de seu sítio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 13.3 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição daquelas especificadas nos itens 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4 pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidao.saf.gov.br/consulta/pessoa/juridica/>).
- 13.4 Constatada a existência de sanção, o licitante será inabilitado, por falta de condição de participação.
- 13.5 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate fixo, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se, para aceitação da proposta subsequente, a disciplina antes estabelecida.
- 13.6 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedor (SCUF), relativamente aos documentos por ele abrangidos, quanto à habilitação jurídica, a regularidade fiscal e trabalhista e à qualificação econômica financeira, sendo assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes desse sistema, nos termos do 2º do artigo 24 do Decreto 10.024/2019.
- 13.6.1 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SCUF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, concomitantemente à apresentação da proposta no sistema, a respectiva documentação atualizada.
- 13.6.1.1 O descumprimento implicará a inabilitação do licitante, exceto se em consulta a sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões, feita pelo Pregoeiro, este lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

13.7 Para fins de habilitação, ressalvado o disposto no item 13.6, os licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

13.7.1 Habilitação jurídica:

- 13.7.1.1 No caso de empresário individual: Registro Público de Empresa Mercantil, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 13.7.1.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Fornecedor Individual - CCFI;
- 13.7.1.3 No caso de sociedade empresária ou sociedades limitadas unipessoais: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor; devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 13.7.1.4 No caso de sucursal, filial ou agência: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede o matriz;
- 13.7.1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 13.7.1.6 No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte;
- 13.7.1.7 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprova, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei 5.764/1971.
- 13.7.1.8 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 13.7.2 Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13.7.3 Regularidade fiscal e trabalhista:

- 13.7.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 13.7.3.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.75, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- 13.7.3.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 13.7.3.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 13.7.4 O licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte NÃO ESTÁ DISPENSADO DA documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, devendo apresentá-la mesmo que esteja com alguma restrição, sob pena de inabilitação.
- 13.7.4.1 A existência de restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante seja declarado vencedor, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital, sendo-lhe, nessa situação, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 13.7.4.1.1 O prazo previsto poderá ser prorrogado, a critério da Administração Pública, quando requerido pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 13.7.4.1.2 A não regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará na inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará ao Pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

13.7.5 Qualificação Econômico-Financeira:

- 13.7.5.1 Certidão negativa de fôto sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.
- 13.7.5.1.1 Se a certidão tratada no subitem anterior não indicar seu prazo de validade será considerada vigente pelo prazo de 90 (noventa) dias, contado da data de sua emissão.
- 13.7.5.1.2 No caso de certidão positiva de recuperação judicial e extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acatado judicialmente, na forma do art. 58 da Lei nº 11.101/2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar os demais requisitos de habilitação.
- 13.7.5.2 Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira do licitante, vedada sua substituição por balanços ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.
- 13.7.5.2.1 No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- 13.7.5.2.2 Será admitida a apresentação de balanço intermediário se decorrente de lei ou de previsão no estatuto ou contrato social da licitante.
- 13.7.5.2.3 Os documentos acima definidos deverão comprovar:
- 13.7.5.2.3.1 Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

- 13.7.5.3 Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social exigível, apresentada na forma da lei;
- 13.7.5.4 Declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e com a Administração Pública, vigentes na data da sessão pública de abertura deste Pregão, conforme modelo constante no Anexo IV;
- 13.7.5.5, Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor total exigido para a contratação ou item pretendido;

- 13.7.5.6 Patrimônio Líquido (PL) igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor total estimado para a contratação;
- 13.7.5.6.1 Patrimônio Líquido igual ou superior a 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura deste Pregão.
- 13.7.5.6.1.1 Caso o valor total dos contratos firmados com a iniciativa privada e com a Administração Pública apresente divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, em relação à receita bruta discriminada na Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), a licitante deverá acrescentar as devidas justificativas.
- 13.7.5.6.1.1.1 Se as justificativas não forem entregues juntamente com a documentação, o Pregoeiro poderá ficar prazo para a sua apresentação.
- 13.7.2 Qualificação técnica:**
- 13.7.2.1 Um ou mais atestados e/ou declarações de capacidade técnica, expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando que o licitante detém experiência mínima em serviços de limpeza, com desempenho satisfatório, durante pelo menos 3 (três) anos, ininterruptos ou não, em áreas internas em quantidade igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) da quantidade de áreas internas previstas no Termo de Referência anexo a este Edital, admitindo-se a utilização de mais de 1 (um) atestado para somar a quantidade de áreas (neste caso, concommitantes) e/ou prazo (neste caso, não concommitantes);
- 13.7.2.1.1 Os atestados ou declarações de capacidade técnica deverão se referir a serviços prestados no âmbito da atividade econômica principal e/ou secundária da licitante, especificada no contrato social, devidamente registrado na justa comercial competente, bem como no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal do Brasil - RFB.
- 13.7.2.1.2 Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão dos serviços a que se referem, ou após o decurso mínimo de 1 (um) ano de sua início, se decorrentes de contratos firmados para execução em prazo igual ou superior a este.
- 13.7.2.1.3 O licitante disponibilizará, caso lhe seja solicitado, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, ofertando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que os serviços foram prestados.
- 13.7.2.2 Realização de vistoria nas edificações do TRE-GO, conforme modelo de atestado ou declaração substitutiva, conforme modelo do anexo citado, constantes do Anexo IV do Termo de Referência juntado a este Edital.
- 13.8 Haverá a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, sendo-lhe estabelecido prazo razoável para o envio, que não poderá ser inferior a 120 (cento e vinte) minutos, contados da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, sob pena de inabilitação.
- 13.8.1 Não se trata de uma segunda oportunidade para envio de documentos de habilitação. A diligência em questão permite, apenas, a solicitação de documentos outros para confirmação daqueles já apresentados.
- 13.9 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 13.10 Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome do licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.
- 13.11 Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.
- 13.12 Em se tratando de empresas estrangeiras, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes aos exigidos neste capítulo, inicialmente apresentados com tradução livre.
- 13.12.1 Na hipótese de o licitante vender por terceiros, para fins de assinatura do contrato, os documentos de que trata o caput serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660/2016, ou, de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 13.13 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 13.14 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á na no sistema eletrônico.
- 14. DOS RECURSOS**
- 14.1 Declarar o vencedor; e depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido prazo para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, com indicação das decisões contra as quais pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 14.1.1 Registrada intenção de recurso, caberá ao Pregoeiro decidir sobre sua admissibilidade, fundamentadamente, mediante avaliação quanto à presença dos pressupostos recursais (acumulação, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação - TCU Ac. 2627/2013-Plenário, item 9.4).
- 14.1.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer implicará em decadência desse direito.
- 14.1.3 Admitido o recurso, o recorrente terá prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo para apresentação das razões do recurso, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 14.2 Caberá ao Pregoeiro receber, examinar e instruir o recurso impetrado contra sua decisão e, caso não a reconhecesse, faz-lo subscrito devidamente informado ao Diretor-Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, a quem caberá à decisão final.
- 14.4 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 14.5 Os atos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, devendo ser enviada solicitação para o endereço eletrônico cpl.lista@tre-go.jus.br.
- 15. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**
- 15.1 A sessão pública poderá ser reaberta:
- 15.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos da sessão pública, ou anteriores a esta, ou mesmo à anulação da própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os de deles dependam.
- 15.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 15.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 15.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chf") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
- 15.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.
- 16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**
- 16.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 16.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.
- 17. DA GARANTIA À EXECUÇÃO CONTRATUAL**
- 17.1 O adjudicatário, consoante as disposições estabelecidas no Termo de Contrato anexo a este edital, prestará garantia à execução contratual no valor correspondente à 5% (cinco por cento) do valor global da contratação, podendo optar por caução em dinheiro ou título da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.
- 18. DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA PARA QUITAÇÃO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS**
- 18.1 Consoante as disposições constantes do Termo de Contrato, cuja minuta constitui anexo deste edital, as providas de encargos trabalhistas relativas a férias, 1/3 constitucional, 13º salário e multa do FGTS por dispensa sem justa causa, bem como a incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário, independentemente da unidade de medida contratada (ponto, hora, hora extra, produtividade, entrega de produtos, ordem de serviço, etc.), a serem pagas pelo TRE-GO à empresa contratada para prestar os serviços objeto deste edital, serão destinadas do valor mensal contratado e depositadas, em conta-depósito vinculada, bloqueada para movimentação, aberta em banco oficial unicamente para essa finalidade e com movimentação somente por ordem do Contratante.
- 18.2 Depósitos serão efetuados sem prejuízo da retenção, na fonte, da tributação sujeita a alíquotas específicas previstas na legislação própria.
- 18.3 Os percentuais de provisionamento máximo e mínimo serão aqueles indicados no Anexo VI.
- 18.4 O TRE-GO reserva-se o direito de realizar diretamente aos empregados da Contratada, os pagamentos de salários, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem honorados pela Contratada.
- 18.4.1 Quando não for possível ao TRE-GO realizar diretamente os pagamentos, os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais.
- 19. DA REPUTAÇÃO**
- 19.1 As regras acerca da reputação são as estabelecidas no Termo de Contrato, cuja minuta constitui anexo deste edital.
- 20. DO TERMO DE CONTRATO**
- 20.1 Após a homologação da licitação, será lavrado Termo de Contrato, cuja minuta constitui anexo deste instrumento, no qual constarão os direitos e obrigações das partes, bem como, todas as informações necessárias ao cumprimento da obrigação assumida pelo licitante adjudicatário.
- 20.2 Previamente à assinatura do Termo de Contrato, a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar eventual proibição do licitante adjudicatário de contratar com o Poder Público, bem como para verificar a manutenção de sua regularidade fiscal e trabalhista.
- 20.3 A adjudicatária terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 20.3.1 O prazo para assinatura do Termo de Contrato, poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da Adjudicatária e aceita pela Administração.
- 20.3.2 A assinatura do Termo de Contrato se dará de forma digital por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, sendo necessário que o licitante adjudicatário, notificado para a assinatura do termo de contrato, realize o cadastramento de seu responsável legal no citado sistema.
- 20.3.2.1 Caso seja iniciada a assinatura por meio digital, a Administração poderá encaminhar o instrumento para assinatura da Adjudicatária mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de 3 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.
- 20.4 Caso o licitante vencedor, ao qual o objeto desta Licitação tenha sido adjudicado, recuse-se a assinar o contrato, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e em lei, serão convocadas as empresas remanescentes, na ordem de classificação no certame competitivo.
- 21. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**
- 21.1 O prazo de vigência do contrato está estabelecido em sua minuta, anexo a este Edital.
- 22. DOS ENCARGOS**
- 22.1 Caberá ao TRE-GO, além das obrigações constantes do Termo de Referência anexo a este Edital:
- 22.1.1 Prestar as informações, atinentes ao objeto desta licitação, que visem a ser solicitadas pelo licitante vencedor;
- 22.1.2 Comunicar ao licitante vencedor quaisquer alterações relativas ao objeto deste Pregão;
- 22.2 Caberá aos licitantes, além das obrigações constantes do Termo de Referência anexo a este Edital:
- 22.2.1 Elaborar documentação condizente com as exigências deste Pregão para que não haja conflito de disposições, o que ocorrendo, prevalecerá o disposto neste instrumento licitatório;
- 22.2.2 Cumprir os prazos e demais condições previstas neste Edital;
- 22.2.3 Arcar com as despesas decorrentes da não observância das condições constantes deste instrumento licitatório, bem como de infrações praticadas por seu funcionário(s), ainda que no recinto do TRE-GO;
- 22.2.4 Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais decorrentes da adjudicação deste Pregão;
- 22.2.5 Manter, durante a execução do objeto deste instrumento, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta licitação;
- 22.3 Deverá o licitante vencedor observar também o seguinte:
- 22.3.1 É proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do TRE-GO durante a execução dos serviços, objeto da licitação;
- 22.3.2 É vedada a contratação para a função de chefe, de empregados que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º da Resolução CN nº 156, de 8 de agosto de 2012, nos termos do seu art. 4º;
- 22.3.3 É proibida a contratação de entidade ou pessoa jurídica que não esteja inscrita no Cadastro Nacional de Registro de Empresas e Atividades Econômicas da Administração do TRE-GO;
- 22.3.4 Não poderão ser cedidos os créditos, nem sub-rogados direitos e obrigações decorrentes desta licitação e contratação a terceiros.
- 22.4 As obrigações do Contratante e da Contratada estão estabelecidas no Termo de Referência e na Minuta de Termo de Contratos, ambos anexos deste Edital.
- 23. DO RECEBIMENTO DO OBJETO**
- 23.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência e/ou na Minuta de Termo de Contrato, ambos anexos deste edital.
- 24. DO PAGAMENTO E DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA**
- 24.1 O pagamento, assim como a compensação financeira decorrente de eventuais atrasos de pagamento, ocorrerá conforme prazos, condições e demais disposições constantes da Minuta de Termo de Contrato, anexo a este edital.
- 25. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 25.1 O licitante ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de até 20% (vinte por cento) do valor global estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:
- 25.1.1 Apresentar documentação falsa;
- 25.1.2 Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 25.1.3 Enxear o retardamento do certame;
- 25.1.4 Não manter a proposta;
- 25.1.5 Não assinar o Termo de Contrato;
- 25.1.6 Faltar ou fraudar a licitação;
- 25.1.7 Conter fraude fiscal;
- 25.1.8 Comportar-se de modo indolente.
- 25.1.8.1 Considera-se comportamento indolente, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação e quanto ao enquadramento como ME/EPP, e o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances, e os descritos nos artigos 337-F a 337-L, do Código Penal.
- 25.2 A aplicação de qualquer das penalidades previstas levará-se em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784/1999.
- 25.3 A autoridade competente, na aplicação das sanções, observando os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, o dano causado à Administração, a não reincidência da infração, a atuação da contratada em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva, bem como a execução satisfatória das demais obrigações contratuais.
- 25.4 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 25.5 Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à Administração Pública previstos no inciso IV do artigo 9º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.
- 25.6 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas na minuta de contrato, anexo a este edital.
- 26. DA IMPUNÇÃO DO EDITAL E DOS ESCLARECIMENTOS**
- 26.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital, mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico cpl.lista@tre-go.jus.br, até às 19 horas, no horário oficial de Brasília-DF.
- 26.1.1 A impugnação não terá efeito suspensivo caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados do seu recebimento.
- 26.1.2 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 26.1.3 Acabida a impugnação, será definida nova data para a realização do certame.
- 26.2 Os pedidos de esclarecimento deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico cpl.lista@tre-go.jus.br.
- 26.2.1 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimento no prazo de dois dias úteis, contados da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
- 26.3 Os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão divulgados pelo sistema e vinculados ao participantes e a Administração.
- 27. DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**
- 27.1 O licitante vencedor deverá cumprir, no que couber, as determinações contidas na Instrução Normativa SLTI/MPGO n.1, de 19 de janeiro de 2010.
- 28. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**
- 28.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/ou outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
- 29. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**
- 29.1 Haverá necessidade o Pregoeiro poderá suspender a sessão, informando no "chf" a nova data e horário para a sua continuidade.
- 29.2 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 29.3 Este Tribunal reserva-se ao direito de optar pela adjudicação à empresa colocada em segundo lugar; e assim, sucessivamente, se a primeira colocada não apresentar os documentos exigidos ou não atender às qualificações do presente edital, se empresa falante à penalidades legais cabíveis.
- 29.4 A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público, decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.
- 29.5 Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.
- 29.6 Será lavrada ata dos trabalhos desenvolvidos a qual ficará disponível no Portal de Compras do Governo Federal, podendo ser visualizada por meio do link "<http://comprasnet.gov.br/livre/Pregao/ata0.asp>
- 29.7 No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.
- 29.8 O desatendimento de qualquer das condições formais que ensejarem não impedirá o andamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento de ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 29.9 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 29.10 Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.
- 29.11 Até a emissão da nota de empenho, o licitante vencedor poderá ser excluído da licitação, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se o TRE-GO tiver conhecimento de qualquer fato ou circunstância superveniente, anterior ou posterior ao julgamento desta licitação, que desabone sua idoneidade ou capacidade financeira, técnica, administrativa, garantidas a ampla defesa e o contraditório.
- 29.12 Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do procedimento.
- 29.13 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.
- 29.14 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, exclui-se o dia de início e inclui-se o dia de vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 29.15 A obtenção do Edital poderá ser feita, por meio da internet, nos sites: www.tre-go.jus.br e www.pq-e.com.br/compras, sendo possível a realização de download de todos os arquivos pertinentes.

- 29.16 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 29.17 Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.
- 29.18 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou de normas infralegais, prevalecerá as deste Edital.
- 29.19 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 29.19.1 Anexo I – Termo de Referência;
- 29.19.2 Anexo II – Orçamento Estimativo - Planilha de Custos e Formação de Preços;
- 29.19.3 Anexo III – Memória de Cálculo do Orçamento Estimativo;
- 29.19.4 Anexo IV – Modelo de Declaração de Contratos Firmados com a Iniciativa Privada e com a Administração Pública (anexo contém Anexos IV-A, IV-B e IV-C);
- 29.19.5 Anexo V – Modelo de Carta de Fiança Bancária para Garantia à Execução Contratual;
- 29.19.6 Anexo VI – Relação dos Percentuais de Provisionamento;
- 29.19.7 Anexo VII – Autorização para Desconto do Documento Fiscal e Pagamento de Salários;
- 29.19.8 Anexo VIII – Autorização para Retenção de Garantia;
- 29.19.9 Anexo IX – Autorização de Movimentação – Costa Vinculada;
- 29.19.10 Anexo X – Minuta De Termo de Contrato.

30. DO FORO

30.1 As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Goiânia/GO, Seção Judiciária de Goiás, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo as exceções previstas no art. 109, inc. I, da Constituição Federal.

Goiânia, 01 de março de 2023.

GLEYSON ALVES DE MORAIS
Assessor de Contratação da Diretoria Geral (em substituição)
TRE/GO

ANEXO 1
TERMO DE REFERÊNCIA
TR SADMP/CEIN/SAO Nº 05/2022

1 Objeto:

Contratação de pessoa jurídica para a prestação dos serviços continuados de limpeza, higienização, assio e conservação predial, com fornecimento de todos os produtos e equipamentos adequados à execução dos serviços, conforme condições quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos:

1.1 Limpeza, higienização, conservação contínuas nas dependências internas e externas do edifício localdos dos Cartórios Eleitorais de Iporá, Santo Antônio do Descoberto, Caça, Bom Jesus de Goiás, Goiânia e Goiânia;

1.2 Os serviços serão prestados nas dependências das instalações da Administração, nos endereços abaixo relacionados:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	ENDEREÇO
01	Limpeza, higienização, conservação contínuas nas dependências internas e externas do edifício do Cartório Eleitoral de Iporá	Serviço	01	Rua Presidente Kennedy, Qd.67 B, Lt. 05, Centro, Iporá, CEP 76200-000
02	Limpeza, higienização, conservação contínuas nas dependências internas e externas do edifício do Cartório Eleitoral de Santo Antônio do Descoberto	Serviço	01	Quadra 64, Lote 14, Centro, Santo Antônio do Descoberto, CEP 72900-316
03	Limpeza, higienização, conservação contínuas nas dependências internas e externas do edifício do Cartório Eleitoral de Caça	Serviço	01	Avenida José Joaquim de Almeida, lote nº 12, quadra nº 04, nº 714, Loteamento São Paulo, no Município de Caça/GO, Caça, CEP 75813-000
04	Limpeza, higienização, conservação contínuas nas dependências internas e externas do edifício do Cartório Eleitoral de Bom Jesus de Goiás	Serviço	01	Av. Goiás, nº 779, Setor Alvorada, Bom Jesus de Goiás, CEP 75570-000
05	Limpeza, higienização, conservação contínuas nas dependências internas e externas do edifício do Cartório Eleitoral de Goiânia	Serviço	01	Rua Minas Gerais, nº 1092, Clômodo 02, qd. 58 B, 68, Setor Central, Goiânia, CEP 75000-000
06	Limpeza, higienização, conservação contínuas nas dependências internas e externas do edifício do Cartório Eleitoral de Goiânia	Serviço	01	Rua Iaciara, Qd. 68, lotes 24/25/26, salas 04, 05, 06 e 07, Setor Verdes Mare, Município de Goiânia, CEP 75370-000

1.4 Limpeza, higienização e conservação predial contínuas - serviço comum, de caráter contínuo e com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica;

1.5 Os serviços de limpeza serão contratados com base na área física a ser limpa e conservada, estabelecendo-se o custo por metro quadrado, observadas as peculiaridades, a produtividade, a periodicidade e a frequência de cada tipo de serviço e das condições do local objeto da contratação.

2 Especificação do Objeto:

2.1 Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços continuados de limpeza, higienização, assio e conservação predial para as dependências internas e externas dos edifícios da Justiça Eleitoral Goiás citadas no Item 1 deste Termo de Referência, com fornecimento de todos os produtos, insumos e equipamentos adequados à execução dos serviços, de acordo com as necessidades de cada prédio no sala comercial e em atendimento à qualidade e quantidades mínimas citadas neste Termo de Referência com seus anexos.

2.2 As edificações do TRE-GO abrangidas pela contratação, seus respectivos endereços e áreas estão discriminadas nos sub-ítem 1.2 e 9.1.

2.3 O prazo da contratação é de 36 (trinta e seis) meses, com possibilidade de prorrogação até o limite de 60 (sessenta) meses.

2.4 Os serviços de limpeza serão contratados com base na área física a ser limpa e conservada, estabelecendo-se o custo por metro quadrado, observadas as peculiaridades, a produtividade, a periodicidade e a frequência de cada tipo de serviço e das condições do local objeto da contratação.

2.5 O dimensionamento da área física a ser limpa e conservada foi obtido com base na medição da área total (m²) ocupada por cada um dos imóveis demandantes, conforme descrição constante da tabela constante do sub-ítem 9.1 deste documento.

3 Justificativas:

A contratação do serviço objetivo propiciar ambiente limpo, salubre e atração de bem-estar para o desenvolvimento das atividades dos magistrados, servidores, empregados e colaboradores a serviço do TRE-GO e para a adequada recepção do público externo nas edificações do órgão.

Insustentáveis de servidores que atendam, de forma direta, à demanda exigida para tais serviços.

Atender à Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que trata do regime de execução indireta de serviços pela Administração Pública.

Atender ao Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e à Portaria nº 443 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que preceitua, em seu art. 1º, que os referidos serviços serão, preferencialmente, objeto de execução indireta.

3.1 Justificativa específica dessa na área de limpeza, higienização e conservação para os imóveis localdos pelo Tribunal Regional Eleitoral, de acordo com as especificidades dos serviços prestados:

Em razão do Requerimento do Comitê Gestor Regional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, documento nº 0204010 que alega que:

"...os imóveis localdos que realizam atividades no âmbito do interior do Estado não são contemplados com contratos de serviços de limpeza. Para tanto, os próprios servidores realizam tal serviço ou contam com auxílio das prefeituras. Proposta de encaminhamento solicitar ao TRE/GO que realize contratação do serviço com orçamento próprio, para tais localidades."

Tem, ainda, o resultado de pesquisa a qualidade dos serviços prestados com uso de equipamentos e ferramentas de trabalho mais adequados ao seu corporativo, atendimento às metas e aos objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 e Resoluções CNJ nº 347/2020 e nº 400/2021.

3.2 - Serviços de limpeza, higienização e conservação:

Os serviços de limpeza e conservação são essenciais para a manutenção de um ambiente limpo e higienizado, e contribuem para a atração de bem-estar dos colaboradores e visitantes da instituição, devendo ser realizados continuamente.

Preteve-se dar continuidade ao aprimoramento nas contratações dos serviços de limpeza, com adoção de parâmetros citados no Item 2.4 deste Termo de Referência com destaque para o metro quadrado limpo, classificação e frequência das áreas a serem limpas, produtividade adequada para cada tipo de serviço, estímulo a adoção de inovações e uso de critérios de sustentabilidade.

4 Natureza do Objeto:

Quanto à natureza e o objeto pode ser definida como comum, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei nº 10.520/2002, c/c art. 3º, II do Decreto nº 10.024/2019, de caráter contínuo e com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, pois são essenciais para assegurar a integridade do patrimônio de forma rotineira e manter o contínuo funcionamento das atividades do TRE-GO, entendendo-se, portanto, por mais de um exercício financeiro.

5 Fundamentação da Contratação:

Contratação está fundamentada na Lei nº 8.666/93 e Lei nº 10.520/2002.

6 Alinhamento Estratégico da Contratação:

Os serviços constantes deste Termo de Referência têm ao encontro aos valores deste órgão, em especial a inovação e modernidade, eficiência e sustentabilidade.

Encontra-se em consonância com o Planejamento Estratégico 2021-2026 - 1ª edição, e atende os seguintes objetivos estratégicos:

- Objetivo nº 4 – Fortalecer o Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Riscos Eleitorais;

- Objetivo nº 6 – Promover a Sustentabilidade;

- Objetivo nº 7 – Aperfeiçoar a Gestão Administrativa e a Governança da Justiça Eleitoral;

- Objetivo nº 9 – Aperfeiçoar a Gestão Orçamentária e Financeira.

Atende ainda as seguintes iniciativas estratégicas:

- Iniciativa nº 14 – Fomentar a conscientização e as práticas de sustentabilidade por meio das ações previstas no PLS 2021- 2026;

- Iniciativa nº 17 – Aperfeiçoar a Gestão de Contratações na Justiça Eleitoral;

- Iniciativa nº 32 – Promover melhorias no processo da gestão orçamentária;

- Iniciativa nº 33 – Promover melhorias no processo da gestão financeira.

Com relação aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), Agenda 2030 da ONU, a presente contratação atende aos seguintes objetivos:

- ODS 5 – Igualdade de Gênero: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;

- ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico: Promover o crescimento econômico sustentável, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.

- ODS 9 – Indústria, inovação e infraestrutura: Promover políticas voltadas ao desenvolvimento para dar suporte às atividades produtivas, à criação de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, além de incentivar a formalização e o crescimento de micro, pequenas e médias empresas, inclusive mediante acesso a serviços financeiros.

- ODS 12 – Consumo e produção responsáveis: Assegurar padrões sustentáveis de consumo e de produção.

- ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, oferecer a todos o acesso à justiça e construir instituições efetivas, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

- ODS 17 – Parceria para o desenvolvimento: Promover parcerias multissetoriais para o desenvolvimento sustentável, envolvendo governos, setor privado, sociedade civil, academia e comunidades locais.

- ODS 18 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 19 – Indústria, inovação e infraestrutura: Promover políticas voltadas ao desenvolvimento para dar suporte às atividades produtivas, à criação de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, além de incentivar a formalização e o crescimento de micro, pequenas e médias empresas, inclusive mediante acesso a serviços financeiros.

- ODS 20 – Paz, justiça e instituições eficazes: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, oferecer a todos o acesso à justiça e construir instituições efetivas, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

- ODS 21 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 22 – Consumo e produção responsáveis: Assegurar padrões sustentáveis de consumo e de produção.

- ODS 23 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 24 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 25 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 26 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 27 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 28 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 29 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 30 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 31 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 32 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 33 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 34 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 35 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 36 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 37 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 38 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 39 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 40 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 41 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 42 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 43 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 44 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 45 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 46 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 47 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 48 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 49 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 50 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 51 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 52 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 53 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 54 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 55 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 56 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 57 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 58 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 59 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 60 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 61 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 62 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 63 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 64 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 65 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 66 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 67 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 68 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 69 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 70 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 71 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 72 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 73 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 74 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 75 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 76 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 77 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 78 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 79 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 80 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 81 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 82 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 83 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 84 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 85 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 86 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 87 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 88 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 89 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 90 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 91 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 92 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 93 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 94 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 95 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 96 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 97 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 98 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 99 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 100 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 101 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 102 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 103 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 104 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 105 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 106 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 107 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 108 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

- ODS 109 – Cidades e comunidades sustentáveis: Promover cidades sustentáveis, incluindo a promoção de espaços públicos e espaços verdes, aumentando a capacidade de resiliência das comunidades locais e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

10.10. Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação;

10.11. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;

10.12. Prestar todos esclarecimentos ou informações solicitadas pela Contratante por seu preposto, garantido-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

10.13. Fornecer todos os dados necessários para a elaboração dos relatórios de acompanhamento e prestação de contas, bem como a documentação necessária para a execução dos serviços, de acordo com a qualificação mínima exigida;

10.14. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

10.15. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;

10.16. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado;

10.17. Fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço, com o intuito de verificar as condições em que o serviço está sendo prestado;

10.18. Manter seus empregados sob as normas disciplinares da Contratante, substituindo, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer que seja considerado inconveniente pelo representante da TRE-GO;

10.19. Evitar, selecionar, treinar e empregar à Contratante os empregados necessários à realização dos serviços, de acordo com a qualificação mínima exigida;

10.20. Treinar seus empregados quanto aos princípios básicos de postura no ambiente de trabalho, tratamento de informações recebidas e manutenção de sigilo, comportamento perante situações de risco e atitudes para evitar atritos com servidores, colaboradores e visitantes da Contratante;

10.21. Cuidar para que o preposto indicado mantenha permanente contato com a fiscalização do contrato, adotando as providências requeridas relativas à execução dos serviços pelos empregados;

10.22. Coordenar e controlar a execução dos serviços contratados;

10.23. Administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus empregados;

10.24. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou acometidos de mal súbito, por meio do preposto;

10.25. Instruir os seus empregados quanto à prevenção de acidentes e de incêndios;

10.26. Cuidar da disciplina e da apresentação pessoal dos seus empregados;

10.27. Solicitar à Administração do TRE-GO autorização formal para retirada de quaisquer equipamentos, pertencentes à Contratada, que esta tenha levado para o local de execução do serviço;

10.28. Responsabilizar-se pelo transporte do seu pessoal até as dependências da Contratante, por meio próprio ou mediante vale transporte, inclusive em caso de paralisação dos transportes coletivos, bem como nas situações em que se faça necessária a execução dos serviços em regime extraordinário, para assegurar a continuidade normal dos serviços;

10.29. Manter preposto no Estado de Goiás com capacidade operacional para receber e solucionar ou intermediar qualquer demanda da Administração;

10.30. Responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstas na legislação social e trabalhista em vigor, devendo saldar-las na época própria, vez que os seus empregados não manterão qualquer vínculo empregatício com a Contratante;

10.31. Evitar a responsabilização por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que constituída em dependência da Contratante;

10.32. Garantir que seus empregados sigam os princípios básicos de postura no ambiente de trabalho, tratamento de informações recebidas e manutenção de sigilo, comportamento perante situações de risco e atitudes para evitar atritos com servidores, colaboradores e visitantes da Contratante;

10.33. Adotar, na execução do objeto contratual, práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços, incluindo política de separação dos resíduos recicláveis descartados e sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, conforme Decreto nº 5.940/2006 e de acordo com orientação da unidade de sustentabilidade do Tribunal (ATEN/DIC);

10.34. Atender às normas técnicas do Ministério do Trabalho e Emprego sobre saúde, higiene e segurança do trabalho aplicáveis a cada serviço;

10.35. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado;

10.36. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações das Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

10.37. Fornecer previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência;

10.38. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.39. Guardar sigilo sobre as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.40. Arcar com o ônus decorrente de eventual ocorrência do dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, inclusive quando ocorrerem as seguintes alterações:

10.41. Alteração dos valores de arrendamento de veículos de transporte, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que constituída em dependência da Contratante;

10.42. Alterar os preços dos materiais e serviços necessários à execução dos serviços, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que constituída em dependência da Contratante;

10.43. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

10.44. Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

10.45. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

10.46. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte;

10.47. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratante relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

10.48. A inadimplência da Contratante com obrigações trabalhistas, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração da Contratante, sem poder onerar o objeto deste contrato;

10.49. São expressamente vedadas à Contratada:

a) A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da Contratante, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou ocupante de cargo em comissão, assim como o seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, durante a vigência deste contrato;

b) A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da Contratante.

17. Qualificação Econômico-Financeira:

17.1 A documentação relativa à qualificação econômico-financeira compreenderá:

a) certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da licitante, sendo que no caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser apresentada a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do artigo 58 da Lei no 11.101/2005, sob pena de inabilitação;

b) ao balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, conforme estabelecido no termo de Contrato;

c) declaração da relação de compromissos assumidos de que 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada relativo ao último exercício social, conforme estabelecido no termo de Contrato.

18. Qualificação Técnica:

18.1 A documentação relativa à qualificação técnica, admitindo-se atestados de pessoas jurídicas de direito público ou privado expedidos após a conclusão do contrato ou se descrito pelo menos 1 (um) ano do início de sua execução, exceto se firmados para ser executado em prazo inferior, deverá comprovar:

a) Experiência mínima em serviços de limpeza, com desempenho satisfatório, durante pelo menos 3 (três) anos, ininterruptos ou não, em áreas internas em quantidade igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) da quantidade de áreas internas previstas neste Edital, sob pena de não atendimento do objeto da licitação;

b) Realização de vitória nas edificações do TRE-GO, conforme modelo de atestado do Anexo IV deste TR, ou declaração substitutiva, conforme modelo do anexo cinco.

18.2 Classificação do Serviço e Forma de Seleção do Fornecedor:

a) O serviço a ser contratado é classificado como com, visto que os seus parâmetros de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado, conforme definido na Lei nº 10.520/2002;

b) O tipo de licitação adotado é o menor preço e o regime de execução da contratação é de empreitada por preço global, conforme definido na Lei nº 8.666/1993, sendo adotada a modalidade de preço na forma eletrônica para seleção do fornecedor; com modo de disputa aberto e fechado, de acordo com as disposições da Lei nº 10.520/2002 e do Decreto nº 10.824/2019.

19. Subcontratação:

É permitida a subcontratação parcial do objeto nas seguintes condições:

a) Para os serviços discriminados no item 9.4;

b) Na execução dos serviços classificados como especializados e contantes do Anexo II;

c) Vedada a subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte que tenham participado da licitação;

d) Vedada a subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte que tenham um ou mais sócios em comum com a empresa contratada.

No momento da habilitação, caso já haja definição, ou ao longo da vigência contratual, será apresentada a documentação de regularidade fiscal e qualificação técnica das empresas subcontratadas, sob pena de rescisão.

A empresa contratada se comprometerá a substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, ou a declarar a extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até o prazo total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;

A empresa contratada será responsável pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

Não se admite a exigência de subcontratação para o fornecimento de bens, exceto quando estiver vinculada à prestação de serviços acessórios.

20. Garantia de Execução do Contrato:

20.1 A Contratada apresentará comprovante de prestação de garantia à execução contratual, conforme detalhado no termo de contrato.

21. Uniformes e EPI:

21.1 Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada aos seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, ser adequados ao tamanho do empregado e sem qualquer repasse do custo para os mesmos, observando o disposto nos itens seguintes:

O uniforme deverá compreender os itens, por exemplo, os seguintes para o vestuário: quantidade anual:

a) Para os empregados envolvidos com a limpeza, conservação e higienização:

a.1) 4 (quatro) calças em microfibra, gabiadine ou brim;

a.2) 4 (quatro) camisas de manga curta, gola redonda, composição majoritariamente algodão;

a.3) 2 (dois) pares de calção (com solado de borracha, antiderrapante e em perfeitas condições de isolamento);

a.4) 2 (dois) botas de borracha PVC, cano longo, com solado antiderrapante;

a.5) 12 (dois) pares de luvas de borracha de látex com palmão antiderrapante;

a.6) 24 (vinte e quatro) pares de meias de algodão do tipo PFF2 sem válvula, devem ser fornecidas duas por mês.

Observação 01: A Contratada deverá fornecer dois conjuntos novos, completos, de uniformes e EPI's por ocasião do início da prestação dos serviços (devido todos os profissionais disporem do conjunto completo no início do contrato) e dois conjuntos novos a cada 6 (seis) meses de vigência contratual, ou quando se fizer necessário a substituição por defeito ou desgaste excessivo;

Observação 2: Verificado durante o contrato que o artigo inutilizado ou inadequado, a Contratada deverá promover o fornecimento de nova peça do uniforme ao empregado;

Observação 3: A Contratada deverá fornecer aos empregados adequados para a execução do serviço, gratuitamente, os EPIs adequados ao risco das atividades que estiverem sendo desenvolvidas, com VA vigente, sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes do trabalho ou de doenças profissionais e do trabalho, conforme disposto na NR 6;

Observação 4: No caso de emergência gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-se sempre que estiverem apropriados;

21.2 As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

a) Tecido resistente, leve, confortável e arejado;

b) O uniforme deverá ser identificado com o nome ou logotipo da empresa contratada;

21.3 Quanto aos serviços classificados como especializados contantes do Anexo IV, os empregados deverão comparecer devidamente uniformizados, munidos de crachá e com todos os EPI's necessários para a atividade a ser realizada;

21.4 Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada para a unidade responsável pela fiscalização administrativa do contrato (sele-tista@tre-go.jus.br).

22. Reajustamento de Preços:

22.1 A Contratada fixa os preços no ato do recebimento de preços, conforme detalhado no termo de contrato.

23. Critérios de Sustentabilidade:

23.1 Devem ser observadas a legislação específica para a prestação dos serviços de limpeza, em especial as seguintes: Lei nº 12.305/2010, Decreto nº 7.404/2010 (que regulamenta a Lei nº 12.305/2010), IN nº 5/2017 SEGES/MPDG e a IN nº 1/2010 SITI/MPDG.

23.2 Adoção, no que couber, as seguintes práticas:

a) uso de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inasimilados que obedeçam às classificações e especific

- 26.9 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularizar sua situação junto ao SICAF.
- 26.10 Será rescindido o contrato em execução caso a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 26.11 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2016.
- 26.12 É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, a empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 26.13 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item d do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber:
- 26.14 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária por pagamento;
- 26.15 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data do seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados de acordo com o termo do Contrato.
- 26.16 A atestação da nota fiscal/fatura correspondente à prestação do serviço caberá ao fiscal do contrato ou a outro servidor designado para esse fim.
- 26.17 No caso de as notas fiscais/faturas serem emitidas e entregues à Contratante em data posterior à indicada, será imputado à Contratada o pagamento dos eventuais encargos moratórios decorrentes.
- 26.18 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da Contratada.
- 26.19 Caso a Contratada opte por efetuar o faturamento por meio do CNPJ (matriz ou filial) distinto do contrato do contrato, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como daquele que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos e quando das prerrogativas contratuais.
- 26.20 A Contratante reserva-se o direito de susmeter o pagamento após a atestação de que o serviço foi executado em conformidade com as especificações do contrato.
- 26.21 A Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada, nos termos do contrato.
- 26.22 No caso de atraso de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela Contratante encargos moratórios conforme os termos contratuais.

27. Da Conta-Depósito Vinculada:

27.1 Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 são as estabelecidas na Portaria Presidencial TRE-GO nº 70/2019.

28 Obrigações da Contratante:

- 28.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 28.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 28.3 Acompanhar a execução dos serviços, verificando se as retinas estão sendo atendidas, conforme este Termo de Referência;
- 28.4 Supervisionar e fiscalizar a execução dos serviços objeto desta licitação, sob o aspecto qualitativo e quantitativo, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer quaisquer serviços que não estejam de acordo com as condições e exigências especificadas;
- 28.5 Observar para que durante toda a vigência do contrato, seja mantida a compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, exigindo todos os documentos de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 28.6 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fluindo prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 28.7 Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa desempenhar, por meio dos profissionais, os serviços dentro das normas do contrato a ser firmado;
- 28.9 Permitir o livre acesso dos empregados da Contratada nas suas dependências, desde que devidamente identificados, para a execução dos serviços contratados;
- 28.10 Comunicar oficialmente à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do serviço e quaisquer falhas de natureza grave;
- 28.11 Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- 28.12 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 28.13 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber;
- 28.14 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada;
- 28.15 Fiscalizar mensalmente, nos casos de serviços realizados mediante dedicação exclusiva de mão de obra, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:
- 28.16 A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;
- 28.17 O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;
- 28.18 O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;
- 28.19 Analisar os termos de rescisão das contratações de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato, caso os serviços sejam realizados mediante dedicação exclusiva de mão de obra;
- 28.20 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 28.21 Fornecer, por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 28.22 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 28.23 Identificar a Administração Superior para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 28.24 Arquivar, entre outros documentos, projetos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 28.25 Fiscalizar o cumprimento das normas legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993;
- 28.26 Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

29 Fonte de Recursos Orçamentários e Plano Anual de Contratação:

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste e do próximo exercício, lançados na LOA 2022 e proposta orçamentária 2023 de dotação abaixo discriminada:

- a) Gestão/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral;
- b) Fonte de Recursos: 100;
- c) Ação/Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral;
- d) Programa de Trabalho: 10.14109.02.122.0570.200P0002 - JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTIÇA ELEITORAL - NO ESTADO DE GOIÁS;
- e) Elemento de Despesa: 39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica;
- f) Plano Interno: IEF LIMPEZ e IEFMANPRE;

A previsão desta contratação está prevista no Plano Anual de Contratação (PAC - orçamento ordinário) publicado no link: [PAC 2022 - Orçamento Ordinário](#).

30 Informações Relevantes para o Dimensionamento da Proposta:

- 30.1 Os serviços serão iniciados a partir da emissão da ordem de serviço e executados pela contratada obedecendo às normas legais e regulamentares pertinentes, de acordo com as especificações deste;
- 30.2 A lista estimada de materiais encontra-se no Anexo I deste Termo de Referência;
- 30.3 Os equipamentos necessários para execução das atividades deverão ser fornecidos pela Contratada, não havendo necessidade de manutenção desses equipamentos nos locais da prestação dos serviços;
- 30.4 Em conformidade com Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho e Emprego, poderão ser utilizados na execução dos serviços de limpeza, higienização, asseto, conservação predial os profissionais Servente de Limpeza e Auxiliar de Limpeza;
- 30.5 Dos Critérios de Aflicção e Medição para Faturamento:
- 30.5.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), previsto no item 15.3 deste termo de referência, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada:
- a) não produzir os resultados, deixar de executar ou não executar o cronograma de atividades com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais, insumos, equipamentos e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- Observação: A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 30.6 A produtividade máxima da mão de obra nos serviços de limpeza será estabelecida nos moldes constantes do Anexo II deste Termo de Referência, considerando a experiência e os parâmetros aferidos e resultados de contratos anteriores e em face das características das áreas a serem limpas, buscando sempre fatores econômicos favoráveis à Administração Pública.
- 30.7 No cálculo da produtividade, quando o número de trabalhadores por imóvel der número fracionado, a Licitante deve fazer o arredondamento para o número imediatamente superior;

31 Vistoria Prévia:

31.1 Para o efetivo e perfeito conhecimento das condições e peculiaridades das instalações, entrando-se nos gram de dificuldades existentes para o correto e adequado dimensionamento da quantidade de empregados a serem alocados e da especificação dos insumos e equipamentos necessários para a execução do serviço, a licitante poderá realizar vistoria nas edificações listadas no item 1.3 deste TR e apresentar atestado comprobatório, conforme modelo constante no Anexo IV deste TR, ou apresentar declaração de que as condições e que não haverá desconhecimento em quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavencas técnicas ou financeiras com o TRE-GO, conforme modelo constante no Anexo IV deste TR.

31.2 O período para a realização da vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do edital da licitação e se estenderá até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública, no horário de 12h00 (doze horas) às 17h00 (dezoito horas), sendo necessário prévio agendamento de dia e horário junto à Seção de Administração Predial, por meio do endereço eletrônico [sadmptre@tre-go.gov.br](#) ou pelo telefone (62) 3928-4210-;

31.3 O representante designado pela licitante para realizar a vistoria deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade e documento comprovando sua designação, sendo acompanhado por servidor do TRE-GO designado para esse fim, e assinará o atestado comprobatório da vistoria efetuada, que deverá ser previamente elaborado conforme modelo constante no Anexo IV deste TR, não podendo a pessoa designada ser representante de outra licitante.

32 Modelo de Gestão do Contrato

32.1 Os servidores da Administração que participarão da gestão do contrato serão:

- a) Diretor do Contrato;
- b) Fiscal Técnico;
- c) Fiscal Administrativo;
- d) Fiscal Administrativo;
- 32.2 A definição do(s) gestor(es) e fiscal(is) do contrato será realizada por meio de atos expedidos pelo Contratante;
- 32.3 Os mecanismos de comunicação a serem estabelecidos entre o Contratante e a Contratada serão por meio de telefone, e-mail, ofícios e por reuniões;

33 Unidade responsável pela fiscalização do Termo de Referência:

Seção de Administração Predial (SADMP).

34 Unidade Gestora do Contrato:

Coordenadoria de Engenharia e Infraestrutura (CEIN).

35 Local e Data da Solicitação

Goiânia, 21 de setembro de 2022.

36 Elaborado por:

Maria Adelaine de Souza Ferreira

Compõe este Termo de Referência:

ANEXO I - Estimativo de material por localidade;

ANEXO II - Produtividade sugerida dos serviços de limpeza e conservação para áreas específicas;

ANEXO III - Serviços classificados como especializados que poderão ser realizados através de subcontratação;

ANEXO IV - Vistoria;

ANEXO V - Cronograma de trabalho;

ANEXO VI - Manual Básico de Execução e detalhamento dos serviços de limpeza, higienização, asseto, conservação predial.

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA
ESTIMATIVO DE MATERIAL POR LOCALIDADE

1. Estimativa mensal por cada localidade, devem ser entregues no início da execução contratual, não sendo suficiente para o mês, deverão ser repostos de acordo com a solicitação da fiscalização técnica:

ESTIMATIVA MENSAL - POR LOCALIDADE		
ITEM	DESCRIÇÃO	Unid. QTDE MENSAL
1	PACOTE COM 1 UNIDADES DE PALHA DE AÇO FINA	unid. 2
2	SEBONETE PEROLADO 5L	unid. 2
3	ÁGUA SANITÁRIA 5L	unid. 2
4	ALCOOL 70% 1L	unid. 4
5	FIBRA VERDE	unid. 2
6	PLANELA GIGANTE NA COR LARANJA	unid. 4
7	LIMPA VIDROS 4/ 1L	unid. 2
8	DESCO ENCRANHADEIRA PRATO Nº 410	unid. 1
9	DESINFECTANTE 1L	unid. 2
10	LIMPA DE BORDAÇA	Por 3
11	DETERG. LÍQUIDO 1X20 5L	unid. 2
12	MICETICID 5L	unid. 1
13	SAGO DE LIND 100L 4/100	Pct. 1
14	SACO LIND 50L 4/100	Pct. 1
15	SACO ALVEADO PARA LIMPEZA DO PISO NA COR BRANCA	unid. 4
16	AROMATIZADOR DE AMBIENTES AEROSOL 360 ML	unid. 3
17	CABIDE EM BARRA 511 100 200G	Pct. 1
18	BOLDO DE PAPEL HIGIENICO NITRO FOLHA DUPLA DE ALTA QUALIDADE COM 30 M	unid. 30
19	ESPONJA DE LIMPEZA DUPLA FACE	unid. 6
20	PACOTE DE PAPEL TOALHA INTERFOLHAS LINDO DUAS DOBRAS COM 1000 FOLHAS	unid. 5
21	PANO DE PRATO FIN ALGODÃO NA COR AMARELA	unid. 4
22	VASILINA 1L	unid. 1
23	DESINFECTANTE 1 L	unid. 3
24	LUSTRA METAL 500 ML	unid. 3
25	REFIL PARA ESPRERÇÃO EM MICROFIBRA DE ALTO TORÇÃO PARA PISO	unid. 1
26	REFIL ESPONJA BRILHO PARA PISO LUSTROSO	unid. 2
27	REFIL PARA GABRI PLÁSTICA DE 60X15 CM EM ACRILICO	unid. 1
28	PANCA AZUL EM MICROFIBRA PARA LIMPEZA DE ESPRISOL, VIDROS E MONITORES	unid. 2
29	PANOS AMARELOS TIPO ESPONJA 22 X 14 CM PARA COFÔ	unid. 2
30	ALCOOL ISOPROPILICO 1L	unid. 1

2. Estimativa anual por cada localidade, devem ser entregues no início da execução dos serviços contratados e deverão ser substituídos sempre que necessário:

ESTIMATIVA ANUAL - POR LOCALIDADE		
ITEM	DESCRIÇÃO	Unid. QTDE ANUAL
1	Vassoura Nylon para limpeza dos banheiros	unid. 3
2	Vassoura de Pólo	unid. 3
3	Vassoura de Plástico	unid. 2
4	Vassoura para Vaso Sanitário	unid. 4
5	Vassoura de Vassourão	unid. 2
6	Pj de Lixo	unid. 4
7	Varredor de Pólo	unid. 4
8	Rodo Pequeno para Banheiro	unid. 2
9	Rodo Grande	unid. 3
10	Balde Plástico 10L	unid. 2
11	Desentupidor de Pó	unid. 2
12	Desentupidor de Vaso Sanitário	unid. 1
13	Alumínio 20 metros	unid. 1
14	Escada de Alumínio: Antecolado e Degraus	unid. 1
15	Rodo para piso de espedço P04 do tipo lava/jaca	unid. 4
16	Balde com cesto inox para espedço 360° com alça e rodízio, contendo Esfregão Limpador em Microfibra para Limpeza Pesada do Piso com 1,60m	unid. 1
Carro funcional para limpeza profissional nº 3 contendo balde 30 litros para lavar tapetes, cabo telescópico de 1,60m, garra plástica de 40 cm, alça articuladora para piso molhada, conjunto mob.pt com 60 cm		
17	Conjunto lavador de vidros (balde de vidro e conector para cabos lava-vidros)	unid. 1
18	Escavadeira Industrial para limpeza de pisos com 150 cm de diâmetro	unid. 1

ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA
PRODUTIVIDADE DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PARA ÁREAS ESPECÍFICAS

Segundo a IN nº 5/2017, PRODUTIVIDADE é a capacidade de realização de determinado volume de tarefas, em função de uma determinada rotina de execução de serviços, considerando-se os recursos humanos, materiais e tecnológicos disponibilizados, o nível de qualidade exigido e as condições do local de prestação do serviço. Considera-se jornada mensal de 220 horas de serviços.

A Licitante deverá informar em sua proposta o número de trabalhadores por imóvel.

Após o cálculo do número de trabalhadores por imóvel, e se for obtido número fracionado, a Licitante deve fazer o arredondamento para o número imediatamente superior.

Em conformidade com as experiências obtidas em contratações anteriores, firmadas para outros cartórios eleitorais, deverão ser adotados índices de produtividade por servente/sanitar em jornada de 8 (oito) horas diárias, de acordo com os limites definidos abaixo:

1. Áreas Internas:
Consideram-se áreas internas aquelas áreas edificadas integrantes dos imóveis
Compreendem as áreas internas as áreas de pisos (acarpetados, frios), laboratórios, almoxarifados/galões, oficinas, áreas com espaços livres (saguão, hall e salão)

a) Pisos frios: 800 m² ; e
b) Banheiros: 200 m² .

2. Áreas Externas:
Considera-se a área externa aquela não edificada, mas integrante do imóvel.

a) Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações: 1800 m² ;
b) Varrição de passeios e arruamentos: 6000 m² ; e
c) Pátios e áreas verdes: 1800 m² ;
d) Coleta de detritos em pátios e áreas verdes com frequência diária: 100.000 m² .

3. Esquadrias:
a) face externa sem exposição a situação de risco: 350 m² ; e
b) face interna sem exposição a situação de risco: 350 m² .

4. Fachadas envidraçadas: 130 m² .

ANEXO III DO TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS CLASSIFICADOS COMO ESPECIALIZADOS QUE PODERÃO SER REALIZADOS ATRAVÉS DE SUBCONTRATAÇÃO

1. Poda de grama, arbustos e árvores com coleta de detritos em pátios e áreas verdes - não se aplica aos cartórios instalados em salas comerciais;
2. Limpeza de persianas e cortinas em geral;
3. Limpeza luminárias por dentro e por fora;
4. Limpeza das caixas d'água dos prédios, remover a lama depositada e desinfetá-las - não se aplica aos cartórios instalados em salas comerciais;
5. Aspirar o pó e limpar calhas e luminárias;
6. Limpar, engraxar e lubrificar portas, grades, basculantes, caixilhos, janelas de ferro (de malha, enrolar, panorâmica, correretc.);
7. Limpar forros, paredes e rodapés.

ANEXO IV DO TERMO DE REFERÊNCIA
VISTORIA
DECLARAÇÃO DE LICITANTE QUE REALIZOU A VISTORIA TÉCNICA

Declaro, sob as penas da lei, que a empresa _____ inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, CNPJ/MF sob o nº _____, com sede na _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr. (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ expedida pela _____ e inscrito no Cadastro da Pessoa Física, CPF/MF sob o nº _____, visitou o local/Sede/Pleum Eleitoral/Cartório Eleitoral, tomando conhecimento do ambiente em que será prestado o serviço, objeto deste Pregão e das condições que possam ter influência na formulação da proposta. Termo de Referência 05/2022 SADMP/CRN/SAO (Doc SEI ID. 8359986) SEI Nº 22.0.00000232-5.

Local, GO, de _____ de 202__.

assinatura do representante da empresa

OU

DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DO OBJETO

_____, (razão social da licitante), CNPJ nº _____, estabelecida no(a) _____, neste ato representada pelo(a) Sr(a) _____, (representante da empresa e qualificação do mesmo, constando inclusive qual a função/cargo na empresa/preposto), portador(a) de CI/RG nº _____, CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da Lei, que possui pleno conhecimento do objeto do Pregão Eletrônico nº XXX/20XX e concorda com todas as exigências contidas no Edital e anexos, que OPTOU por não realizar a visita/vistoria ao(s) local(s) de execução dos serviços, que ASSUME todo e qualquer risco por esta decisão e SE COMPROMETE a prestar fielmente os serviços nos termos do Edital, do Termo de Referência e seus Anexos que compõem o processo da presente licitação.

Local, GO, de _____ de 202__.

assinatura do representante da empresa

ANEXO V DO TERMO DE REFERÊNCIA
AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DIRETO

Eu, _____, como representante legal da empresa _____, autorizo em caráter irrevogável e irretratável, que o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS, realize o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos trabalhadores, quando houver falta no cumprimento das obrigações por parte desta empresa, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos termos da legislação aplicada.

Local (GO) de _____ de _____.

Representante da _____

ANEXO VI DO TERMO DE REFERÊNCIA
CRONOGRAMA DE TRABALHO

A - ATIVIDADE DIÁRIAS

1. Poda dos jardins - deve ser realizada até às 9h00 - não se aplica aos cartórios instalados em salas comerciais
2. Limpeza das áreas de escritórios - deve ser realizada até às 11h00
3. Limpeza completa dos banheiros - deve ser realizada até às 12h00
4. Limpeza da área de atendimento ao público - deve ser realizada até às 11h00 e sempre que se fizer necessário
5. Limpeza dos halls e corredores - deve ser realizada até às 15h00
6. Limpeza das copas, refeitórios e cozinhas, se houver - deve ser realizada até às 12h00
7. recolhimento dos detritos das luvas - deve ser realizada até às 17h00
8. Limpeza de sala de audiências, se houver - deve ser realizada sob demanda do fiscal do contrato
9. varrição de garagens e passeios públicos, se houver - deve ser realizada no período vespertino

B - ATIVIDADES SEMANAIS

1. limpeza vidros internos, janelas e portas - deve ser realizada no período matutino
2. limpeza dos armários das salas de trabalho - deve ser realizada no período matutino
3. limpeza dos peitoris e caixilhos das janelas
4. limpeza das escadas, se houver - deve ser realizada no período vespertino
5. varrição das áreas verdes, se houver - deve ser realizada no período vespertino - não se aplica aos cartórios instalados em salas comerciais

C - ATIVIDADES MENSAIS

1. limpeza de paredes - deve ser realizada no período matutino
2. limpeza dos vidros, portas e janelas na face externa de até 2,00 m de altura - deve ser realizada no período vespertino
3. lavagem de garagens, se houver - deve ser realizada no período vespertino

D - ATIVIDADES BIMESTRAIS

1. poda de grama e arbustos, retirada de galhos secos com recolhimento do material
2. lubrificação de portas, janelas e portões

E - ATIVIDADES SEMESTRAIS

1. limpeza de caixas d'água, deve ser realizado por profissional especializado sob a responsabilidade de empresa contratada pela limpeza - não se aplica aos cartórios instalados em salas comerciais
2. limpeza de tubulações
3. limpeza de fachadas - não se aplica aos cartórios instalados em salas comerciais
4. limpeza de persianas

G - ATIVIDADES ANUAIS

1. lavagem de pisos acarpetados, se houver
2. aspirar o pó e limpar calhas das luminárias internas e externas
3. limpar calhas existentes na cobertura dos prédios - deve ser realizada entre os meses de setembro e outubro, não se aplica aos cartórios instalados em salas comerciais

ANEXO VIDO TERMO DE REFERÊNCIA
MANUAL BÁSICO DE EXECUÇÃO E DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO, ASSEIO, CONSERVAÇÃO PREDIAL

A - SUGESTÃO DE DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

- a. DIARIAMENTE
 - a. Remover, com pano úmido, o pó das mesas, armários, arquivos, prateleiras, persianas, peitoris, caixilhos das janelas, bem como dos demais móveis existentes, inclusive aparelhos elétricos, extintores de incêndio, etc.;
 - b. Remover cachacos e tapetes, procedendo a sua limpeza e aspirando o pó;
 - c. Proceder à lavagem de bacias, assentos e piaas dos sanitários com saneante domicinatório desinfetante, uma vez ao dia, exceto para área de atendimento que deve ser feito três vezes ao dia;
 - d. Varrer, remover manchas e lustrar os pisos encerados de madeira, quando for o caso;
 - e. Varrer, passar pano úmido e polir os balcões e os pisos vitilicos, de mármore, cerâmicos, de marmore e emborrachados;
 - f. Varrer os pisos de cimento;
 - g. Limpar com saneantes domicinatórios os pisos dos sanitários, copas e outras áreas molhadas;
 - h. Abastecer com papel toalha, papel higiênico e sabonete líquido os sanitários, quando necessário;
 - i. Retirar o pó dos telefones com flanela e produtos adequados;
 - j. Limpar os elevadores com produtos adequados, quando for o caso;

- l. Retirar o liso dos banheiros duas vezes ao dia, acondicionando-o em sacos plásticos, removendo-os para local indicado pela Diretoria do Fórum;
- m. Retirar o liso das demais lavras uma ao dia, acondicionando-o em sacos plásticos, removendo-os para local indicado pela Diretoria do Fórum;
- n. Deverá ser provida a coleta seletiva de papel para reciclagem, quando couber;
- o. Limpar os corredores;
- p. Suprir os bebedouros com garrafas de água mineral, adquiridos pela Administração, quando for o caso;
- q. Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.

2 - SEMANALMENTE

- a. Limpar atrás dos móveis, armários e arquivos;
- b. Limpar, com produtos adequados, divisórias e portas revestidas de fórmica;
- c. Limpar, com produtos neutros, portas, barras e batentes pintados a óleo ou verniz;
- d. Lustrar todo o mobiliário envernizado com produto adequado e passar flanela nos móveis encerados;
- e. Limpar, com produto apropriado, as ferragens de couro ou plástico em assentos e poltronas;
- f. Limpar e polir todos os metais, como válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc.;
- g. Lavar os balcões e os pisos vitrílicos, de mármore, cerâmicos, de mármore e emborrachados com detergente, encerrar e lustrar;
- h. Passar pano úmido com álcool 70º nos telefones;
- i. Limpar os espelhos de acordo com produtos próprios para vidros citados no item 5.1 deste Anexo, duas vezes por semana;
- j. Retirar o pó e resíduos, com pano úmido, dos quadros em geral;
- k. Limpar e polir todos os metais (torneiras, válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc);
- l. Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

3. MENSALMENTE

- a. Limpar forros, paredes e rodapés;
- b. Limpar persianas com produtos adequados;
- c. Remover manchas de paredes;
- d. Limpar, engraxar e lubrificar portas, grades, basculantes, caixilhos, janelas de ferro (de malha, enroscas, pantográfica, correte, etc.);
- e. Proceder a uma revisão minuciosa de todos os serviços prestados durante o mês.

4. ANUALMENTE

- a. Aspirar o pó e limpar calhas e luminárias;
- b. Limpar internamente o reservatório de água potável. Este serviço deverá ser realizado por profissional especializado, com máquinas e materiais fornecidos pela Contratada, obedecendo à legislação de segurança do trabalho.

5. ROTINAS DE TRABALHO - COMO FAZER

5.1 Limpeza de vidros

Na realização de limpeza de vidros em ambientes de escritórios, como nos Fóruns e Cartórios Eleitorais, deve ser utilizado dois componentes que servem como ferramentas técnicas: lavador de vidros e limpador de vidros.

- a. Lavador de vidros é composto por cabo e lava lavadora. Essa lava é composta por um tecido sintético com abrasividade necessária para o bom espalhamento da solução de limpeza de vidros. Desta forma, por meio de atrito, retira e dissolve grande parte da sujeira encontrada na superfície dos vidros.
- b. Limpador de vidros é formado por cabo que fixa a guia de metal e lâmina de borracha. A parte "viva" da lâmina fica responsável por retirar, de maneira uniforme, o líquido aplicado para a limpeza de vidros de salas comerciais.

5.1.1 Processo de limpeza dos vidros:

- a. Aplicação da solução higienizante para vidros - inicia-se a limpeza de vidros com a aplicação da solução higienizante sobre os vidros. Neste primeiro passo, concede-se atenção completa às sujeiras de maior resistência. Faz-se a completa retirada dessa sujeira.
- b. Umedecer o lavador, como já citado, o lavador é indispensável para a higienização de vidros em escritórios. Logo, depois de ter tirado toda a sujeira mais densa da superfície, umedecemos o lavador com a solução de limpeza usando pulverizador ou balde.
- c. Aplicação de lavador sobre a superfície - após umedecido o lavador fica pronto para ser aplicado na superfície, a técnica a ser utilizada deve ser em formato de "8". Com isso, assegura-se que não sobre partes onde o lavador não passe sobre a superfície.
- d. Retirar o líquido com limpador, após certificar-se que solução higienizante foi disposta em toda a superfície do vidro, faz-se a retirada desta com o limpador. Assim, assegura-se maior brilho.
- e. Acabamento da limpeza com pano limpo, ao final deve-se usar um pano limpo para fazer o acabamento da limpeza de vidros. Deve ser retirada toda a umidade de maçanetas e dos cantos dos vidros. Desta forma, é finalizado o processo de higienização.

5.2 Limpeza de Estações de Trabalho e Guichês de Atendimento

A equipe de limpeza deve fazer a retirada de poeira em todas as estações de trabalho, guichês e mesas diariamente.

5.2.1 Processo de limpeza das estações de trabalho e mesas:

- a. A equipe de limpeza deve passar um pano umedecido com água sobre a superfície e, logo em seguida, um pano seco.
- b. Utilizar pano em tecido de microfibras para não causar arranhões nos laminados e madeira.

5.2.2 Processo de limpeza entre as telas dos telhados:

- a. A higienização dos telhados também precisa fazer parte da limpeza diária. Isso pode ser justificado na medida em que o espaço entre as telas pode guardar restos de alimentos, o que torna o ambiente mais propício ao aparecimento de formigas e roedores. Assim, a limpeza profissional precisa ser feita com um espanador com cerdas delicadas. Por fim, essa ação ajuda a aumentar a vida útil do material e evita a sujeira.

5.2.3 Organização de cabos:

a. A organização de cabos é crucial para que o ambiente fique bem visto. Para isso, durante a execução da limpeza das mesas das salas, os profissionais devem tirar toda sujeira deles com pano seco.

b. Não umedeça os panos com produtos que tenham álcool na composição. Embora a evaporação seja rápida, o álcool pode danificar o material. O problema pode ser maior ainda caso ele respingue nos aparelhos eletrônicos ao redor dos cabos. Por isso, é muito importante ter total atenção com a administração de produtos na limpeza.

5.2.4 Limpeza de monitores ou telas:

- a. Umedecer levemente uma flanela com álcool isopropílico e passar em todo o monitor removendo sujeiras e manchas, não deve se imprimir força nessa atividade

5.3 Limpeza de portas e maçanetas.

- a. A limpeza em escritórios de portas e maçanetas se relaciona com alguns pontos tratados anteriormente.
- b. Por um lado, a limpeza das portas de madeira ou revestidas em laminado plástico, precisa ser realizada de modo semelhante à limpeza das estações de trabalho, passar um pano umedecido com água para tirar a poeira e depois outro com produto específico para dar brilho.
- c. No entanto, se a porta for de vidro, é fundamental que a higienização seja feita com limpador e lavador de vidros, como já informado anteriormente para limpeza de vidros em geral.
- d. As maçanetas, precisam ser limpas com álcool 70º para eliminar germes e bactérias por completo.

5.4 Limpeza de persianas e cortinas;

- 5.4.1 Limpeza de persianas horizontais de alumínio ou PVC:
 - a. é necessário ser realizado por empresa especializada;
 - b. devem ser retiradas do local com as persianas fechadas, primeiro retirar o pó com pano seco, em seguida, deve-se esfregar delicadamente com esponja e uma solução de água e detergente nas duas faces;
 - c. secar com pano limpo e seco, e voltar a instalar para completar a secagem.

5.5 Limpeza de cortinas;

- a. deve ser realizada a lavagem a seco e molhada nas cortinas de tecido, devem ser entregues passadas e instaladas.

7. PANOS UTILIZADOS PARA LIMPEZA

- a. **Panos azuis** - utilizados para limpeza de vidros, espelhos e elevadores, monitores, devem ser em microfibra, o que garante um bom deslizamento e secagem rápida da superfície sem deixar fios espalhados. Além disso, o material também contribui para a retirada total de poeira e gordura dos vidros. A microfibra impede o atrito, dificulta o aparecimento de arranhões e não permite que a superfície fique embaciada.
- b. **Panos brancos** - utilizados para as atividades de limpeza e desinfecção dos banheiros. Com alta capacidade de absorção e secagem, são produzidos com base de algodão, podendo ser utilizado sacos alvejados. Devem ser utilizados ainda para pisos frios como cerâmica, porcelanato, granito, mármore e granitina.
- c. **Panos amarelos** - usados para executar a limpeza de copas, copistas e referatórios. Com ótima absorção por serem panos de tipo esponja. Possui lavagem facilitada, pois, apesar de terem absorvimento alto, não acumulam sujeira. Assim, ao lavá-los com água e sabão, já estarão prontos para serem utilizados até o final do ciclo de limpeza no local. Importante destacar para se atentar às informações de uso dispostas no rótulo das embalagens de panos amarelos. Assim, não excedemos o limite máximo de uso permitido.
- d. **Panos laranjas** - do tipo de tecido flanelado, usados para limpeza dos mobiliários em geral.
- e. **Panos de prato na cor amarela** - com alta capacidade de absorção e secagem, são produzidos com base de algodão.

ANEXO II (DO EDITAL)
PLANILHAS ESTIMATIVAS DE PREÇOS

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS CONTA VINCULADA					
LIMPEZA - IPORÁ Região de Trabalho - Livro Real					
Nº do processo SEI:			22.8.00000022-5		
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)				
B	Município/UF				
C	Lei de Análise, Convenção ou Dislido Coletivo				
D	Número de meses de execução contratual		36		
IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO					
TIPO DE ÁREA			Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (Em função da unidade de medida)	
ÁREAS INTERNAS					
a) Áreas internas - Passos fixos			m2	182,68	
TOTAL GERAL DE ÁREAS				182,68	
MÓDULO 1- Mín de obra vinculada à execução contratual					
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)				
2	Classificação Resultante de Ocupações e RBS				
3	Salário Nominal da Categoria Profissional				
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)		RS 1.380,00		
5	Data Base da Categoria (dia/mês/ano)				
Módulo 1 - Composição da Remuneração					
Composição da Remuneração				Valor (R\$)	
A	Salário Base		RS 1.380,00		
TOTAL DO MÓDULO 1				RS 1.380,00	
Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários					
Subtítulo 2.1 - 17º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias					
A	17º (décimo terceiro) Salário		8,33%	RS 115,00	
B	Férias e Adicional de Férias		11,11%	RS 153,33	
Subtotal				RS 268,33	
Subtítulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições					
A	INSS		20,00%	RS 279,67	
B	Salário Educação		2,50%	RS 41,25	
C	RAT e FAP		6,00%	RS 90,90	
D	RAT - no SEI		1,50%	RS 20,70	
E	SENAEC ou SENAI		1,00%	RS 16,67	
F	SEBRAE		0,60%	RS 9,99	
G	PNCRA		0,20%	RS 3,33	
H	FGTS		8,00%	RS 111,33	
Subtotal				RS 656,86	
Subtítulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários					
				RS 8,00	
A	Transporte		2		RS 0,00
A	A.1) Valor da passagem do transporte coletivo no município de prestação dos serviços;				
	A.2) Quantidade de passagens por dia por empregado;				
	A.3) Quantidade de dias do mês de recebimento de passagens		22		
	A.4) Participação do empregado em percentual do salário-base		6,00%		
				RS 156,67	
B	Auxílio-Refeição-Alimentação				
	B.1) Valor do auxílio-alimentação		RS 18,20		
	B.2) Quantidade de dias do mês de recebimento de auxílio-alimentação		22		
	B.3) Participação do empregado em percentual sobre o auxílio-alimentação		11,00%		
				RS 16,00	
C	Ajuda, Auxílio e Serviços				
				RS 172,22	
Quadro Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários					
				Subtotal	
				RS 1.296,73	
Módulo 3 - Provisão para Recusão					
A	Ativo Prévio Indenizado		0,42%	RS 6,35	
B	Incidência de FGTS sobre o Ativo Prévio Indenizado		0,03%	RS 0,55	
C	Ativo Prévio Trabalhado		1,04%	RS 28,87	
D	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Ativo Prévio Trabalhado		0,77%	RS 10,69	
E	Multa do FGTS		3,20%	RS 44,16	
				RS 89,99	
Total do módulo 3					
RS 89,99					
Módulo 4 - Custo de Repetição do Profissional Assente					
Base de Cálculo do Custo do Profissional Assente - BCFPA					
MÓD 1 =	RS 1.380,00	MÓD 2 (sem VA e VT) =	RS 940,37	MÓD 3 =	RS 89,99
BCFPA =					
RS 2.409,46					
Subtítulo 4.1 - Substituto nos Atividades Legais (com exceção de férias, prevista no subtítulo 2.1)					

A		Substituto na cobertura de Assistência Legais Cálculo do valor = [(BCCPA/30x5dias)/12]			R\$ 6,69
B		Substituto na cobertura de Licença-Paternidade Cálculo do valor = [(BCCPA/30x5dias)/12]x1,5%			R\$ 0,50
C		Substituto na cobertura de Assistência por acidente de trabalho Cálculo do valor = [(BCCPA/30x15dias)/12]x0,78%			R\$ 0,78
D		Substituto na cobertura de Alimentação Maternidade Cálculo do valor = [(MOD01 + MOD01 / 3) / 12 * (4/12) + (SUB 2.2 + SUB 2.3 - VA - VT + MOD03) x (4/12)] x 2%			R\$ 6,10
E		Substituto na cobertura de Assistência por doença Cálculo do valor = [(BCCPA/30x5dias)/12]			R\$ 20,08
				Total do módulo 4	R\$ 34,15
A		Uniformes			R\$ 40,60
B		Matérias			R\$ 714,96
				Total do módulo 5	R\$ 355,56
		Módulo 6 - Custos Indiretos, Lucro e Tributos			
BASE DE CÁLCULO DOS CUSTOS INDIRETOS = (Total do Módulo 1 - Composição da Remuneração + Total do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários + Total do Módulo 3 - Provisão da Rescisão + Total do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente + Total do Módulo 5 - Insumos Diversos)				-	R\$ 3.115,54
A		Custos Indiretos		3,00%	R\$ 94,67
BASE DE CÁLCULO DO LUCRO = (Total do Módulo 1 - Composição da Remuneração + Total do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários + Total do Módulo 3 - Provisão da Rescisão + Total do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente + Total do Módulo 5 - Insumos Diversos + Custos Indiretos)				-	R\$ 3.250,21
B		Lucro		6,79%	R\$ 220,69
BASE DE CÁLCULO DOS TRIBUTOS = (Total do Módulo 1 - Composição da Remuneração + Total do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários + Total do Módulo 3 - Provisão da Rescisão + Total do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente + Total do Módulo 5 - Insumos Diversos + Custos Indiretos + Lucro)				-	R\$ 3.470,90
C		Tributos		11,75%	
C.1 Tributos Federais		2-IRPF		7,60%	R\$ 268,91
		PIS		1,65%	R\$ 56,39
C.2 Tributos Municipais		ISS		2,50%	R\$ 88,31
				Total do módulo 6	R\$ 777,49
2. QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO					
Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)					Valor (R\$)
A		Módulo 1 - Composição da Remuneração			R\$ 1.280,00
B		Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			R\$ 1.296,73
C		Módulo 3 - Provisão para Rescisão			R\$ 89,89
D		Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			R\$ 34,15
E		Módulo 5 - Insumos Diversos			R\$ 355,56
F		Módulo 6 - Custos Indiretos, Lucro e Tributos			R\$ 777,49
				Valor Total por Empregado	R\$ 3.533,83
3. COMPLEMENTO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO					
PREÇO MENSAL UNITÁRIO POR M² (metro quadrado)					
ÁREAS INTERNAS					
MÃO DE OBRA SERVENTE		(1) PRODUTIVIDADE (1/M²)	(2) PREÇO HOMENAGÊS (R\$)	(1 X 2) SUBTOTAL (R\$/M²)	
SERV. / Pisos Frits		1.800	R\$ 3.533,83	R\$ 452	
			TOTAL	R\$ 452	
4. VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS					
TIPO DE ÁREA		PREÇO MENSAL UNITÁRIO (R\$/M²)		ÁREA (M²)	SUBTOTAL (R\$)
Áreas internas - Pisos Frits		R\$ 452		182,60	R\$ 898,20
Valor mensal do serviço			TOTAL DA ÁREA INTERNA	182,60	R\$ 898,20
PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS					
CONTA VINCULADA					
LIMPEZA - SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO					
Regime de Tributação - Lucro Real					
Nº do processo SEI:				22.8.000000222-5	
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)				
B	Município/UF				
C	Tipo de licitação, Concorrência ou Sistema Coletivo				
D	Número de meses de execução contratual			36	
		IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO			
TIPO DE ÁREA		Unidade de Medida		Quantidade total a contratar (Em função da unidade de medida)	
Áreas internas - Pisos Frits				m2	
TOTAL GERAL DE ÁREAS			207,64		
MÓDULOS - Mão de obra vinculada à execução contratual					
1	Tipo de Serviço (seu serviço com características distintas)				
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)				
3	Salário Normativo da Categoria Profissional			R\$ 1.280,00	
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)				
5	Data Base da Categoria (dia/mês/ano)				
		Módulo 1 - Composição da Remuneração			
		Composição da Remuneração		Valor (R\$)	
A		Salário Base		R\$ 1.280,00	
		Submódulo 2.1 - 12º (doze meses) Salário e Adicional de Férias		Total do módulo 1	
				R\$ 1.280,00	
A		12º (doze meses) Salário		8,33%	
B		Férias e Adicional de Férias		11,11%	
		Subtotal		R\$ 248,33	
		Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições			
A		INSS		20,00%	
B		Salário Educação		2,50%	
C		RAT e FAP		6,00%	
D		INSS - INSS		1,50%	
E		SENAC ou SENAI		1,00%	
F		SEBRAE		0,00%	
G		INCCIA		0,20%	
H		FGTS		8,00%	
		Subtotal		39,80%	
				R\$ 656,84	
		Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários			
A		Transporte		R\$ 2,00	
B		Alimentação		R\$ 18,20	
C		Auxílio e Serviços		R\$ 16,80	
		Subtotal		R\$ 377,56	
		Quadro Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
2.1		12º (doze meses) Salário, Férias e Adicional de Férias		R\$ 248,33	
2.2		GPS, FGTS e outras contribuições		R\$ 456,84	
2.3		Benefícios Mensais e Diários		R\$ 777,56	
		Total do módulo 2		R\$ 1.280,92	
		Módulo 3 - Provisão para Rescisão			
A		Ativo Prévio Indenizado		0,42%	
B		Indenização do FGTS sobre o Ativo Prévio Indenizado		0,03%	
C		Ativo Prévio Trabalhado		1,04%	
D		Indenização de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Ativo Prévio Trabalhado		0,77%	
E		Multa do FGTS		3,20%	
		Total do módulo 3		R\$ 89,89	
		Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			
		Base de Cálculo do Custo do Profissional Ausente - BCCPA			
MÓD 1 =		RS 1.280,00	MÓD 2 (sem VA e VT) =	RS 89,87	BCCPA = RS 2.409,46
			Submódulo 4.1 - Substituto em Assistência Legais com exceção de férias, previsto na submódulo 2.1)	RS 89,89	
A		Substituto na cobertura de Assistência Legais Cálculo do valor = [(BCCPA/30x15dias)/12]			R\$ 6,69
B		Substituto na cobertura de Licença-Paternidade Cálculo do valor = [(BCCPA/30x5dias)/12]x1,5%			R\$ 0,50
C		Substituto na cobertura de Assistência por acidente de trabalho Cálculo do valor = [(BCCPA/30x15dias)/12]x0,78%			R\$ 0,78
D		Substituto na cobertura de Alimentação Maternidade Cálculo do valor = [(MOD01 + MOD01 / 3) / 12 * (4/12) + (SUB 2.2 + SUB 2.3 - VA - VT + MOD03) x (4/12)] x 2%			R\$ 6,10
E		Substituto na cobertura de Assistência por doença Cálculo do valor = [(BCCPA/30x5dias)/12]			R\$ 20,08
				Total do módulo 4	R\$ 34,15
A		Uniformes			R\$ 40,60
B		Matérias			R\$ 714,96
				Total do módulo 5	R\$ 355,56
		Módulo 6 - Custos Indiretos, Lucro e Tributos			
BASE DE CÁLCULO DOS CUSTOS INDIRETOS = (Total do Módulo 1 - Composição da Remuneração + Total do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários + Total do Módulo 3 - Provisão da Rescisão + Total do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente + Total do Módulo 5 - Insumos Diversos)				-	R\$ 3.141,40
A		Custos Indiretos		3,00%	R\$ 94,84
BASE DE CÁLCULO DO LUCRO = (Total do Módulo 1 - Composição da Remuneração + Total do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários + Total do Módulo 3 - Provisão da Rescisão + Total do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente + Total do Módulo 5 - Insumos Diversos + Custos Indiretos)				-	R\$ 3.256,24
B		Lucro		6,79%	R\$ 221,38
BASE DE CÁLCULO DOS TRIBUTOS = (Total do Módulo 1 - Composição da Remuneração + Total do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários + Total do Módulo 3 - Provisão da Rescisão + Total do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente + Total do Módulo 5 - Insumos Diversos + Custos Indiretos + Lucro)				-	R\$ 3.477,34
C		Tributos		12,35%	R\$ 485,44
C.1 Tributos Federais		2-IRPF		7,60%	R\$ 501,17
		PIS		1,65%	R\$ 65,39
C.2 Tributos Municipais		ISS		3,10%	R\$ 118,88
				Total do módulo 6	R\$ 885,38
2. QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO					
Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)					Valor (R\$)
A		Módulo 1 - Composição da Remuneração			R\$ 1.280,00
B		Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			R\$ 1.280,92
C		Módulo 3 - Provisão para Rescisão			R\$ 89,89
D		Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			R\$ 34,15
E		Módulo 5 - Insumos Diversos			R\$ 356,22
F		Módulo 6 - Custos Indiretos, Lucro e Tributos			R\$ 885,38
				Valor Total por Empregado	R\$ 3.962,78
3. COMPLEMENTO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO					
PREÇO MENSAL UNITÁRIO POR M² (metro quadrado)					
ÁREAS INTERNAS					

MÃO DE OBRA SERVENTE		(1) PRODUTIVIDADE (L/M²)	(2) PREÇO HORRIMÊS (R\$)	(1 X 2) SUBTOTAL (R\$/M²)
SERV. / Pisos fôrto		1/800	R\$ 2.962,78	R\$ 435
		TOTAL		R\$ 435

4. VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS				
TIPO DE ÁREA	PREÇO MENSAL UNITÁRIO (R\$/M²)	ÁREA (M²)	SUBTOTAL (R\$)	
a) Áreas internas - Pisos fôrto	R\$ 435	207,64	R\$ 1.027,82	
Valor mensal do serviço		207,64	R\$ 1.027,82	

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS CONTA VINCULADA LIMPEZA - CACI Região de Tribuição - Lacerio Real								
Nº do processo SEI:				22.8.000000232-5				
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)							
B	Município/UF							
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dívidas Coletivas							
D	Número de meses de execução contratual			36				
TIPO DE ÁREA		IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (Em função da unidade de medida)				
a) Áreas internas - Pisos fôrto		ÁREAS INTERNAS	m2	77,00				
		TOTAL DE ÁREAS INTERNAS		77,00				
a) Áreas externas - Pisos pavimentados		ÁREAS EXTERNAS	m2	240,00				
		TOTAL DE ÁREAS EXTERNAS		240,00				
		TOTAL GERAL DE ÁREAS		337,00				
MÓDULOS - Mão de obra vinculada à execução contratual								
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)							
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)							
3	Salário Normativo da Categoria Profissional			R\$ 1.380,00				
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)							
5	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)							
Módulo 1 - Composição da Remuneração								
1	Composição da Remuneração			Valor (R\$)				
A	Salário Base			R\$ 1.380,00				
Total do módulo 1				R\$ 1.380,00				
Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários								
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias								
A	13º (décimo terceiro) Salário			8,33%				
B	Férias e Adicional de Férias			11,11%				
Subtotal				R\$ 208,53				
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições								
A	INSS			20,00%				
B	Salário Educação			2,50%				
C	RAT e FAP			6,00%				
D	SENC ou SENS			1,50%				
E	SENAC ou SENAI			1,00%				
F	SEBRAE			0,60%				
G	INCCIA			0,20%				
H	FGTS			8,00%				
Subtotal				R\$ 456,84				
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários								
Transporte				R\$ 0,00				
A	A.1) Valor da passagem do transporte coletivo no município de prestação dos serviços			2				
	A.2) Quantidade de passageiros por dia por empresa			22				
	A.3) Quantidade de dias do mês de recolhimento de passageiros			0,07				
	A.4) Participação de empregado em percentual do salário-base			6,00%				
Subtotal				R\$ 156,36				
B	B.1) Valor do auxílio-alimentação			R\$ 18,20				
	B.2) Quantidade de dias de mês de recolhimento de auxílio-alimentação			23				
C	B.3) Participação de empregado em percentual sobre o auxílio-alimentação			11,00%				
	Benefício Amparo Familiar			R\$ 16,00				
Subtotal				R\$ 272,36				
Quadro Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários								
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias			R\$ 208,53				
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições			R\$ 456,84				
2.3	Benefícios Mensais e Diários			R\$ 272,36				
Total do módulo 2				R\$ 1.296,72				
Módulo 3 - Provisão para Rescisão								
A	Ativo Prévio Indenizado			0,42%				
B	Incidência do FGTS sobre o Ativo Prévio Indenizado			0,03%				
C	Ativo Prévio Trabalhado			1,94%				
D	Incidência do GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Ativo Prévio Trabalhado			0,77%				
E	Multa do FGTS sobre o Ativo Prévio Trabalhado e sobre o Ativo Prévio Indenizado			3,20%				
Total do módulo 3				R\$ 89,89				
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente								
Base de Cálculo dos Custos do Profissional Ausente - BC-CPA								
MÓD 1 =	1.380,00	MÓD 2 (sem VA e VT) =	940,37	MÓD 3 =	89,89	BC-CPA =	2.409,46	
Submódulo 4.1 - Substituto aos Ausentes Legais (com exceção de férias, prevista na submódulo 2.1)								
A	Substituto na cobertura de Ausência Legais				R\$ 6,69			
B	Cálculo do valor = [(BC-CPA/30)x(12)]				R\$ 6,50			
C	Substituto na cobertura de Licença-Paralisação				R\$ 0,78			
D	Cálculo do valor = [(BC-CPA/30)x(50)]				R\$ 0,78			
E	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho				R\$ 6,10			
F	Cálculo do valor = [(BC-CPA/30)x(50)]				R\$ 20,00			
G	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho				R\$ 20,00			
H	Cálculo do valor = [(MÓD 1 - MÓD 1) / 3] + [(MÓD 2 - MÓD 2) - VA - VT + MÓD 3] x (4/12) + 2%				R\$ 20,00			
Total do módulo 4					R\$ 243,57			
Módulo 5 - Insumos Diversos								
A	Uniformes			R\$ 40,60				
B	Materiais			R\$ 114,96				
C	Outros (especificar)			0,00				
Total do módulo 5				R\$ 355,56				
Módulo 6 - Custos Indiretos, Lucro e Tributos								
BASE DE CÁLCULO DOS CUSTOS INDIRETOS = (Total do Módulo 1 - Composição da Remuneração + Total do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários + Total do Módulo 3 - Provisão da Rescisão + Total do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente + Total do Módulo 5 - Insumos Diversos)						-	R\$ 3.155,53	
A	Custos Indiretos			2,00%	R\$ 94,67			
BASE DE CÁLCULO DO LUCRO = (Total do Módulo 1 - Composição da Remuneração + Total do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários + Total do Módulo 3 - Provisão da Rescisão + Total do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente + Total do Módulo 5 - Insumos Diversos + Custos Indiretos)						-	R\$ 3.250,20	
B	Lucro			6,79%	R\$ 220,68			
BASE DE CÁLCULO DOS TRIBUTOS = (Total do Módulo 1 - Composição da Remuneração + Total do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários + Total do Módulo 3 - Provisão da Rescisão + Total do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente + Total do Módulo 5 - Insumos Diversos + Custos Indiretos + Lucro)						-	R\$ 3.470,89	
C	Tributos			14,25%	R\$ 576,79			
C.1 Tributos Federais								
ICMS				7,60%	307,62			
PIS				1,65%	66,79			
C.2 Tributos Municipais								
ISS				5,00%	202,38			
Total do módulo 6								
R\$ 922,15								
R\$ 4.047,68								

2. QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO				
Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)				Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração			R\$ 1.380,00
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			R\$ 1.296,72
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão			R\$ 89,89
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			R\$ 243,57
E	Módulo 5 - Insumos Diversos			R\$ 355,56
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Lucro e Tributos			R\$ 922,15
Valor Total por Empregado				R\$ 4.047,68

3. COMPLEMENTO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO				
PREÇO MENSAL UNITÁRIO POR M² (metro quadrado)				
MÃO DE OBRA SERVENTE		(1) PRODUTIVIDADE (L/M²)	(2) PREÇO HORRIMÊS (R\$)	(1 X 2) SUBTOTAL (R\$/M²)
SERV. / Pisos fôrto		1/800	R\$ 4.047,68	R\$ 5,06
		TOTAL		R\$ 5,06
MÃO DE OBRA SERVENTE		(1) PRODUTIVIDADE (L/M²)	(2) PREÇO HORRIMÊS (R\$)	(1 X 2) SUBTOTAL (R\$/M²)
SERV. / Pisos pavimentados adjacentes/contígüos às edificações		1/1800	R\$ 4.047,68	R\$ 2,25
		TOTAL		R\$ 2,25

4. VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS				
TIPO DE ÁREA	PREÇO MENSAL UNITÁRIO (R\$/M²)	ÁREA (M²)	SUBTOTAL (R\$)	
a) Áreas internas - Pisos fôrto	R\$ 5,06	77,00	R\$ 390,62	
		TOTAL DA ÁREA INTERNA	R\$ 390,62	
a) Áreas externas - Pisos pavimentados adjacentes/contígüos às edificações	R\$ 2,25	240,00	R\$ 540,00	
		TOTAL DA ÁREA EXTERNA	R\$ 540,00	
		TOTAL	R\$ 930,62	
Valor mensal do serviço			R\$ 974,62	

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS CONTA VINCULADA			
LIMPEZA – GORATUBA Região de Tributação – Lucro Real			
Nº do processo SEI:			22.0.00000232-5
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)		
B	Município/UF		
C	Ano do Acordo, Convênio ou Dislodo Coletivo		
D	Número de meses de execução contratual		36
IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO			
TIPO DE ÁREA		Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (Em função da unidade de medida)
ÁREAS INTERNAS			
TOTAL GERAL DE ÁREAS		m2	155,25
MODULOS - Mão de obra vinculada à execução contratual			
1	Tipo de Serviço (insere serviços com características distintas)		
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)		
3	Salário Normativo da Categoria Profissional		
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)		R\$ 1.200,00
5	Data Base da Categoria (dia/mês/ano)		
Módulo 1 – Composição da Remuneração			
Composição da Remuneração			Valor (R\$)
A	Salário Base		R\$ 1.380,00
			Total do Módulo 1
			R\$ 1.200,00
Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
Submódulo 2.1 – 13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias			
A	13º (décimo terceiro) Salário	3,33%	R\$ 115,00
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	R\$ 153,33
Subtotal			R\$ 268,33
Submódulo 2.2 – Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições			
A	INSS	20,00%	R\$ 129,60
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 41,22
C	P-RF e FAP	0,00%	R\$ 0,00
D	SESC ou SESI	1,50%	R\$ 24,75
E	SENAC ou SENAI	1,00%	R\$ 16,80
F	SEBRAE	0,00%	R\$ 0,00
G	INCRA	0,20%	R\$ 3,36
H	FUTS	0,00%	R\$ 131,88
Subtotal			R\$ 346,76
Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários			
Transporte			
A	A 1) Valor da passagem do transporte coletivo no município de prestação dos serviços:		R\$ 0,00
	A 2) Quantidade de passagens por dia por empregado:	2	
	A 3) Quantidade de dias do mês de recebimento do pagamento	22	
	A 4) Participação do empregado em percentual do valor-base:	6,00%	
			R\$ 156,00
B	B 1) Valor de auxílio-alimentação		R\$ 18,20
	B 2) Quantidade de dias do mês de recebimento de auxílio-alimentação	22	
	B 3) Participação do empregado em percentual sobre o auxílio-alimentação	13,00%	
C	Apêns, Auxílio e Serviços		R\$ 16,00
Subtotal			R\$ 272,20
Quadro Resumo do Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		R\$ 208,33

01/03/2023 13:25

ANEXO III (DO EDITAL)
MEMÓRIA DE CÁLCULO - PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS DOS SERVIÇOS ORDINÁRIOS

1. MÃO DE OBRA – REMUNERAÇÃO

1.1. Salário base

O valor do salário da categoria envolvida na prestação dos serviços ora licitados foi definido tendo por base o valor estabelecido na CCT, cláusula terceira.

6.1. Custos indiretos - Para fins de estimativa do TRE-GO, foi considerado o percentual definido no Cadastro Técnico SIGES 3% (três por cento)

6.2. Lucro - Para fins de estimativa do TRE-GO, foi considerado o percentual definido no Cadastro Técnico SIGES 6,79% (seis inteiros e setenta e nove centésimos por cento)

6.3. Tributos

6.3.1 PIS e COFINS - conforme tributação pelo lucro real, entretanto, **a licitante deve elaborar sua proposta e, por conseguinte, sua planilha, com base no regime de tributação ao qual estará submetida durante a execução do contrato**

6.3.2 IRT - conforme definido no Código Tributário do Município de prestação dos serviços

Memória de cálculo - Custos indiretos, Tributos e Lucro
Custos Indiretos: (Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4 + Módulo 5) x percentual de custos indiretos
Lucro: (Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4 + Módulo 5 + Custos indiretos) x percentual de lucro
Tributos: ((Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4 + Módulo 5 + Custos indiretos + Lucro) / índice) x alíquota de tributo
• Onde: índice = 1 - (alíquota de tributos/100) - Ex.: 1-(14,25/100) = 1-0,1425 = 0,8575

OBS: Eventuais custos não previstos expressamente na memória de cálculo da licitante serão cobertos por seus custos indiretos e lucro.

ANEXO IV (DO EDITAL)

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A empresa _____, CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr. (a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e CPF nº _____, declara que possui os seguintes contratos vigentes firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada:

Contratante (órgão, entidade, empresa, etc.)	Endereço e telefone do Contratante	Número/Ano de contrato	Vigência do contrato	Valor total do contrato
			____/____ - ____/____	
Valor total dos contratos (R\$)				

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do representante legal

ANEXO IV-A (DO EDITAL)

Cálculo demonstrativo visando comprovar que o patrimônio líquido é igual ou superior a 1/12 (um doze avos) do valor dos contratos firmados com a Administração Pública e com a iniciativa privada.

Valor do Patrimônio Líquido x 12 > 1

Valor total dos contratos

OBS: Esse resultado deverá ser superior a 1.

ANEXO IV-B (DO EDITAL)

Cálculo demonstrativo da variação percentual do valor total constante na declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e com a Administração Pública em relação à receita bruta.

(Valor da receita bruta - Valor total dos contratos) x 100 = Valor da receita bruta

Obs: Caso o percentual encontrado seja maior que 10% (positivo ou negativo), a licitante deverá apresentar, concomitantemente, as devidas justificativas.

ANEXO IV-C (DO EDITAL)

JUSTIFICATIVA PARA A VARIAÇÃO PERCENTUAL MAIOR QUE 10% (SE FOR O CASO)

Observações:

- Esta declaração deverá ser emitida em papel que identifique a empresa;
- A licitante deverá informar todos os contratos vigentes.

ANEXO V (DO EDITAL)

MODELO DE CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA PARA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

1. Pela presente, o (a) _____ (nome da instituição fiadora) com sede em _____ (endereço completo), por seus representantes legais infra-assinados, declara que se responsabiliza como FIADOR e principal pagador, com expressa renúncia dos benefícios estatuídos no Artigo 827, do Código Civil Brasileiro, da empresa _____ (nome da empresa), com sede em _____ (endereço completo), até o limite de R\$ _____ (valor da garantia) (valor por escrito) para efeito de garantia à execução do Contrato nº _____ (número do contrato, firmado xx/xx/ano), decorrente do processo licitatório _____ (modalidade e número do instrumento convocatório da licitação - ex.: PE nº xx/ano), firmado entre a AFIANÇADA e o Tribunal Regional Eleitoral de Goiás para _____ (objeto da licitação) e das cláusulas contratuais.
2. A fiança ora concedida visa garantir o cumprimento, por parte de nossa AFIANÇADA, de todas as obrigações estipuladas no contrato retromencionado, abrangendo o pagamento de:
- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) prejuízos causados à Administração contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração contratante à AFIANÇADA;
- d) obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela AFIANÇADA; e,
- e) ressarcimento à Administração no caso de rescisão contratual havida por culpa da AFIANÇADA.
3. Esta fiança é válida por _____ (prazo, contado em dias, correspondente à vigência do contrato) (valor por escrito) dias, contados a partir de _____ (data de início da vigência do contrato), vencendo-se, portanto em _____ (data).
4. Na hipótese de inadimplemento de qualquer das obrigações assumidas pela AFIANÇADA, o (a) _____ (nome da instituição fiadora) efetuará o pagamento das importâncias que forem devidas, no âmbito e por efeito da presente fiança, até o limite acima estipulado, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do recebimento de comunicação escrita do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás.
5. A comunicação de inadimplemento deverá ocorrer até o prazo máximo de 90 (dias) após o vencimento desta fiança.
6. Nenhuma objeção ou oposição da nossa AFIANÇADA será admitida ou invocada por este FIADOR com o fim de escusar-se do cumprimento da obrigação assumida neste ato e por este instrumento perante o Tribunal Regional Eleitoral de Goiás.
7. Obrigação de este FIADOR, outrossim, pelo pagamento de quaisquer despesas judiciais e/ou extrajudiciais, bem assim por honorários advocatícios, na hipótese do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás se ver compelido a ingressar em juízo para demandar o cumprimento da obrigação a que se refere a presente fiança.
8. Se, no prazo máximo de 90 (noventa) dias após a data de vencimento desta fiança, o (a) _____ (nome da instituição fiadora) não tiver recebido do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás qualquer comunicação relativa a inadimplemento da AFIANÇADA, ou termo circunstanciado de que a AFIANÇADA cumpriu todas as cláusulas do contrato, acompanhado do original desta Carta de Fiança, esta fiança será automaticamente extinta, independentemente de qualquer formalidade, aviso, notificação judicial ou extrajudicial, detendo, em consequência, de produzir qualquer efeito e ficando o FIADOR exonerado da obrigação assumida por força deste documento.
9. Declara, ainda, este FIADOR, que a presente fiança está devidamente contabilizada e que satisfaz às determinações do Banco Central do Brasil e aos preceitos da legislação bancária aplicáveis e, que, os signatários deste Instrumento estão autorizados a prestar a presente fiança.
10. Declara, finalmente, que está autorizado pelo Banco Central do Brasil a expedir Carta de Fiança e que o valor da presente se contém dentro dos limites que lhe são autorizados pela referida entidade federal.
- (Local e data)
- (Identificação garantidora)
- (Assinaturas autorizadas)

ANEXO VI (DO EDITAL)

RELAÇÃO DOS PERCENTUAIS MÁXIMOS E MÍNIMOS DE PROVISONAMENTO

COTA VINCULADA			
LUCRO PRESUMIDO OU LUCRO REAL		SIMPLES	
ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FGTS*			
MÍNIMO	MÁXIMO	MÍNIMO	MÁXIMO
35,30%	39,80%	29,50%	34,00%
13º SALÁRIO + FÉRIAS + 13ª CONSTITUCIONAL (A)			
19,44%			
INCIDÊNCIA DOS ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FGTS SOBRE 13º SALÁRIO, FÉRIAS E 13ª CONSTITUCIONAL (B)			
MÍNIMO	MÁXIMO	MÍNIMO	MÁXIMO
6,86%	7,74%	5,73%	6,61%
Multa sobre FGTS (C)			
3,20%			
PERCENTUAIS TOTAIS DE PROVISONAMENTO (A+B+C)			
MÍNIMO	MÁXIMO	MÍNIMO	MÁXIMO
29,50%	30,38%	28,37%	29,25%

01/03/2023 13:25

- III - Os serviços serão considerados insatisfatórios abaixo de 40 pontos.
- IV - O primeiro mês de contrato será objeto apenas de certificação, de modo a permitir o ajuste e aperfeiçoamento da qualidade do serviço pelo CONTRATADA.
- V - A empresa poderá apresentar justificativa para a prestação dos serviços abaixo do nível de satisfação, que poderá ser aceita pelo CONTRATANTE, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle da empresa.
- VI - Haverá possibilidade de rescisão contratual nas seguintes condições:
- a) Desconto de 10% (dez por cento) por mais de seis vezes durante a vigência inicial do Contrato ou nos últimos 12 (doze) meses, se houver prorrogação;
- b) Pontuação abaixo de 18 (dezoito) pontos;
- c) Pontuação inferior a 40 (quarenta) pontos por seis meses consecutivos.
- VII - Os métodos para medição dos resultados estão descritos no quadro a seguir:

DESCRIÇÃO E CRITÉRIOS DOS ITENS AVALIADOS - índice de medição de resultado (IMR)				
	PONTOS	PONTOS OBTIDOS	PESO	TOTAL
Módulo 1: Equipamentos e Produtos de Limpeza				
Todas as peças adequadas (quantidade, limpeza, organização, quantidade e identificação)	2			
Um aspecto inadequado (descrever)	1		1	
Dois aspectos inadequados (descrever)	0			
Trit ou mais aspectos inadequados (descrever)	0			
Módulo 2: Equipe de Limpeza				
Todas as peças adequadas (quantidade, capacidade, comprometimento, uniformes, EPI, uso de crachá)	2			
Um aspecto inadequado (descrever)	1		1	
Dois aspectos inadequados (descrever)	0			
Trit ou mais aspectos inadequados (descrever)	0			
Módulo 3: Cumprimento da Programação de Atividades				
Todas as atividades programadas para o mês foram cumpridas conforme o cronograma	2			
Mais de 90% das atividades cumpridas o cronograma	1		2	
Entre 70% e 90% das atividades cumpridas o cronograma	0			
Menos de 70% das atividades cumpridas o cronograma	0			
Módulo 4: Móveis				
Móveis limpos	2			
Móveis com poeira visível nos cantos de sua superfície	1		2	
Presença de sujeiras nos cantos e pés	0			
Presença de pó e manchas em sua superfície	0			
Módulo 5: Pisos e Paredes				
Todas as superfícies estão limpas e observação minuciosa	2			
Superfícies sem poeira acumulada, manchas, marca de dedos, ou trilha em pontos localizados	1		2	
Pode-se ver com facilidade a presença de manchas, pó ou outras sujeiras	0			
Aspecto de sujeira geralizada, com manchas de sujeira, restos de alimentos e respingos, papel, detritos, pó ou outros elementos	0			
Módulo 6: Esquadrias				
Vitrões limpos à observação visual estradista	2			
Vitrões com sujeira visível a observação estradista	1		2	
Vitrões com sujeira facilmente visível	0			
Vitrões com presença de sujeiras sólidas e manchas generalizadas	0			
Módulo 7: Áreas Externas - não deve ser avaliado quando o Cartão estiver instalado em salas comerciais				
Todas as áreas adequadas (limpeza, quantidade de folhas e detritos, gramas e jardins aparados)	2			
Um aspecto inadequado (descrever)	1		2	
Dois aspectos inadequados (descrever)	0			
Trit ou mais aspectos inadequados (descrever)	0			
Módulo 8: Limpeza dos Banheiros				
Todos os aspectos adequados (pisos, sanitários, piaas, espelhos, paredes, portas, lavatórios, etc)	2			
Um aspecto inadequado (descrever)	1		2	
Dois aspectos inadequados (descrever)	0			
Trit ou mais aspectos inadequados (descrever)	0			
Módulo 9: Material de higiene pessoal dos banheiros e copas				
Todos os aspectos adequados (quantidade, qualidade, organização, abastecimento)	2			
Um aspecto inadequado (descrever)	1		3	
Dois aspectos inadequados (descrever)	0			
Trit ou mais aspectos inadequados (descrever)	0			
Módulo 10: Obrigações Trabalhistas - avaliadas a ser feitas pela SEFAC				
Todos os aspectos adequados (pagamento de salários e benefícios nos prazos previstos em lei, antecedência de Vale-Alimentação/Lanche e antecedência de Vale-Transporte, recolhimento de contribuições previdenciárias e depósitos de FGTS nos prazos previstos em lei)	2			
Um aspecto inadequado (descrever)	1		3	
Dois aspectos inadequados (descrever)	0			
Trit ou mais aspectos inadequados (descrever)	0			

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

O pagamento dos valores contratados será efetuado pelo CONTRATANTE, após a execução contratual, mediante ordem bancária creditada em conta corrente, até o 10º (décimo) dia útil, contado do ateste da futura/nota fiscal protocolada na sede do TRE-GO, em Goiânia-GO, cumprindo-se observar:

- I - no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data do protocolo da futura/nota fiscal na sede do TRE-GO, em Goiânia-GO, o CONTRATANTE deverá atestá-la no sistema CONTRATADA para sanar as irregularidades eventualmente verificadas, sendo que, nesse caso, o prazo para ateste ficará suspenso até a resolução das pendências;
- II - o prazo para pagamento da futura/fiscal será suspenso durante os períodos de inadiplência dos sistemas informatizados de transmissão processual do CONTRATANTE.
- III - como condição para a futura/nota fiscal ser atestada, além da comprovação da conformidade dos serviços executados, a CONTRATADA deverá comprovar o correto e tempestivo adimplimento das verbas trabalhistas e obrigações sociais e previdenciárias referentes à mão de obra diretamente envolvida na execução do presente ajuste, devendo a futura/nota fiscal, obrigatoriamente, ser acompanhada de:

- a) comprovantes de regularidade fiscal e trabalhista da Contratada;
- b) certidão negativa de débitos trabalhistas;
- c) folha de pagamento;
- d) comprovante de quitação dos salários (Contracheque e/ou depósito), bem como férias e 13º;
- e) comprovantes de pagamento de vale-transporte (recibo/comprovante de depósito/contracheque) ou declaração de desistência;
- f) folha de ponto de funcionários que fazem parte da amostra;
- g) extratos comprobatórios de recolhimento das contribuições previdenciárias;
- h) extratos comprobatórios de depósitos de FGTS;
- i) guia de recolhimento da PCTs quitada;
- j) guia de recolhimento das contribuições previdenciárias quitada.
- IV - não sendo satisfeitas as condições listadas no inciso III, a nota fiscal/futura apresentada não será atestada, obtendo o pagamento, por culpa exclusiva da CONTRATADA, até que seja saneada a situação, sem prejuízo do previsto na Cláusula Décima Sétima - Das Penalidades e Recursos Administrativos e demais cominações legais, além de ser levado o caso ao conhecimento dos órgãos de controle como Ministério Público do Trabalho, Delegacia Regional do Trabalho, dentre outros, conforme o caso.

- § 1º A CONTRATADA deverá apresentar documento para liquidação da despesa que deverá ser o mesmo habilitado no Pregão Eletrônico TRE-GO XX/XXXX, facultando-se o pagamento à fôlha desde que seja apresentada a documentação desta no citado prelo licitatório e previamente comprovada a regularidade fiscal e trabalhista.
- § 2º Independentemente do dia do início da execução do contrato, no primeiro mês serão pagos os dias restantes até o final do mês em curso, e a partir de então, para efeito de pagamento, a prestação dos serviços será contada sempre do primeiro ao último dia de cada mês, a exceção do último mês de execução contratual, que será contado do primeiro dia até o termo final do prazo de vigência do ajuste.
- § 3º A futura/nota fiscal apresentada deverá estar acompanhada das certidões comprobatórias da regularidade da CONTRATADA perante a Justiça do Trabalho, o Instituto Nacional de Seguridade Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e a Fazenda Nacional e da documentação exigida pela Instrução Normativa MDOG n. 5, de 26 de maio de 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

- § 4º A mora no pagamento a cargo do CONTRATANTE, causada pela inobservância de, entre, nos termos previstos no item "IV" da presente cláusula, sob pena de multa, a ser paga por a CONTRATADA o direito à correção monetária descrita no § 15 desta cláusula.
- § 5º O CONTRATANTE, a cada pagamento, realizará consulta ao SICAF e a Justiça do Trabalho, para verificar a regularidade trabalhista e fiscal da CONTRATADA.
- § 6º Constatando-se a situação de irregularidade da CONTRATADA, o CONTRATANTE providenciará sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize a sua situação ou, no mesmo prazo, apresente a sua defesa.
- § 7º O prazo do parágrafo anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração.
- § 8º Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e/ou trabalhista quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento(s) a ser(em) efetuado(s) pela Administração, para que acionem os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- § 9º Persistindo a(s) irregularidade(s), a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual, assegurados a CONTRATADA o contraditório e ampla defesa.
- § 10º Havendo a efetiva prestação de serviços, desde que, e a partir de quando, a futura/nota fiscal apresentada preencha os requisitos para a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou impropriedades observadas;
- § 11º Somente por motivo de emergência, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do CONTRATANTE, não será rescindida esta contratação, no caso de inadimplência perante ao SICAF e/ou Justiça do Trabalho.
- § 12º O CONTRATANTE pode deduzir dos pagamentos devidos a CONTRATADA, nos termos fixados nos artigos 368 a 380 da Lei nº 10.406/2002, e nos casos de insuficiência da garantia à execução do contrato prestada, quaisquer valores correspondentes a multas e/ou indenizações/recursos/contratos aplicados a esta.
- § 13º O pagamento será efetuado de acordo com o CNPJ no qual será emitida a futura/nota fiscal, que deverá ser o mesmo habilitado no Pregão Eletrônico TRE-GO XX/XXXX, facultando-se o pagamento à fôlha desde que seja apresentada a documentação desta no citado prelo licitatório e previamente comprovada a regularidade fiscal e trabalhista.
- § 14º Será devido o ISS, sobre o valor pactado, na porcentagem pertinente, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 116/03.
- § 15º No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha incorrido de alguma forma para tanto, será devida compensação financeira, apurada a partir da data de seu vencimento até o dia do efetivo pagamento, calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP

Na qual:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

1 = (TX)	1 = (6/100) / 365	1 = 0.00016438
----------	-------------------	----------------

TX = Percentual da taxa anual = 6%

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão, no presente exercício, por conta do Programa de Trabalho 02.122.0570.20GP0052 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - no Estado de Goiás, natureza de despesa 339039 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica, subitem 78 - plano interno IEF LIMPEZ, UGR 70133; PTRY9 167818, comprometida pela Nota de Empenho nº XXXXXXXX, emitida em XX/XX/XXXX.

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

- I - O presente contrato terá vigência de 36 (trinta e seis) meses, contados da assinatura de sua assinatura, podendo ser prorrogado, nos termos do art. 57, inc. II, da Lei 8.666/93;
- II - para a demonstração da viabilidade econômica para fins de prorrogação deste contrato, será dispensada a realização de pesquisa de mercado, devendo os valores de contratação ao longo do tempo e a cada prorrogação serem iguais ou inferiores aos limites estabelecidos em ato normativo da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, nos moldes da alínea "c" do item 7 do Anexo IX da Instrução Normativa MPOG nº 5/2017.
- III - caso os valores forem superiores aos fixados pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, caberá negociação objetivando a redução de preços, de modo a viabilizar economicamente as prorrogações do contrato, conforme item II do Anexo IX da Instrução Normativa MPOG nº 5/2017.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- O CONTRATANTE obriga-se a:
- I - promover, por intermédio de(o)s servidor(es) especialmente designado(s), o acompanhamento e fiscalização da execução contratual, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, cumprindo observar:
- a) o representante do CONTRATANTE atuará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou impropriedades observadas;
- b) as decisões e providências que ultrapassem a competência do representante do CONTRATANTE deverão ser solicitadas ao seu superior, em tempo hábil, para adoção das medidas necessárias;
- c) permitir o acesso das empregadas da CONTRATADA em suas dependências, de acordo com as normas de segurança vigentes, para a execução dos serviços contratados;
- d) observar, durante a vigência do Contrato, o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, a fim de que se mantenham todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame que deu origem a este Contrato;
- e) rejeitar os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, exigindo sua correção imediata, sob pena de suspensão do contrato a ser firmado, ressalvado os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificado e aceito;
- f) analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato, caso os serviços sejam realizados mediante dedicação exclusiva de mão de obra;
- g) rejeitar a prestação dos serviços, objeto do presente instrumento, por terceiros, sem expressão e prévia análise do CONTRATANTE;
- h) notificar a CONTRATADA a apresentar, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da notificação, os documentos de abertura de conta-depósito vinculada, bloqueada para movimentação, no nome da empresa, bem como assinatura de termo específico do banco público oficial que permita a este Tribunal ter acesso aos saldos e extratos, e que vincule a movimentação dos valores depositados à sua autorização, conforme o disposto no art. 6º da Resolução CNJ nº 149/2013 e da Portaria nº 77/2019 - PREJ.
- § 1º Além do acompanhamento e da fiscalização da execução do contrato, o representante do CONTRATANTE poderá, ainda, recusar o fornecimento dos insumos e quaisquer qualquer serviço que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária e, ainda, notificar a CONTRATADA a restabelecer e manter a regularidade contratual, sob as penas da lei.
- § 2º Persistindo a irregularidade contratual, após as providências acima, o representante do TRE-GO informará a Administração do CONTRATANTE para que tome as medidas necessárias para estender o descrito na Cláusula Décima Sétima - Das Penalidades e Recursos Administrativos e demais sanções legais aplicáveis à espécie.
- § 3º É assegurada ao CONTRATANTE a facilidade de exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, a documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a:

- I - executar fielmente todas as obrigações e deveres assumidos no presente instrumento, de acordo com as cláusulas avençadas e de conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência, além das condições previstas no Edital do Pregão Eletrônico TRE-GO XX/XXXX;
- II - iniciar a execução dos serviços contratados na data estipulada na respectiva Ordem de Serviço - OS, respondendo pelas consequências da inexecução total ou parcial;
- III - utilizar na execução dos serviços, em conformidade com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho e Emprego, os profissionais para a prestação de serviços contínuos de limpeza, higienização, auxílio e conservação predial;
- IV - fornecer aos empregados disponibilizados todos os equipamentos e materiais concernentes ao objeto do contrato necessários à plena execução dos serviços, conforme especificações constantes no Termo de Referência;
- V - apresentar proposta, devidamente endossada por sua locução, aceito pelo TRE-GO, para representá-la na execução do Contrato, que deverá ser completa para exercer atribuições de supervisão, orientação, movimentação de seus empregados e manter entendimentos com o fiscal técnico, sobre a execução dos serviços;
- VI - apresentar, antes de iniciar os serviços, a lista de todos os empregados terceirizados que prestarão serviços no órgão, com as seguintes informações: nome completo, número de CPF, salário, gratificações, benefícios e serem recebidos, horário de trabalho, férias, licenças, faltas e ocorrências;
- VII - encaminhar à fiscalização, junto à primeira futura, os seguintes documentos: Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO;
- VIII - apresentar, em até 10 (dez) dias após o início dos serviços ou, em caso de substituição de empregado, cópia do atestado de saúde ocupacional, do recibo de entrega dos EPIs e dos uniformes e a carteira de trabalho dos empregados, constando o registro dos contratos de trabalho, observado o prazo legal para assinatura;
- IX - comunicar ao fiscal de contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência laboral ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- X - contratar somente profissionais que atendam à habilitação e qualificação exigidas no Termo de Referência Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico TRE-GO nº XX/XXXX;
- XI - comunicar imediatamente o descumprimento de empregado(s) utilizado(s) na execução deste contrato, apresentando a versão original ou cópia autenticada dos seguintes documentos:

- a) termos de rescisão dos contratos de trabalho devidamente homologados, quando exigido pelo sindicato da categoria;
- b) comprovantes de quitação das respectivas verbas rescisórias;
- c) extratos de recolhimento rescisório da contribuição previdenciária e do FGTS;
- d) extratos de depósitos feitos nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado demitido;

e) exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

XII - registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas, devendo fornecer ao fiscal do contrato, informações sobre o registro de ponto dos colaboradores vinculados ao contrato;

XIII - providenciar a imediata prestação de serviços e a substituição do CONTRATANTE, quanto à execução dos serviços contratados e referentes ao cumprimento/descumprimento de cláusulas contratuais, restando-lhe o ônus adicional ao CONTRATANTE;

XIV - manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo o qualquer assunto que tornar conhecido em razão da execução do presente contrato, devendo orientar seus empregados nesse sentido;

XV - manter, sob sua exclusiva responsabilidade, toda a supervisão, direção, treinamento e subordinação trabalhista dos recursos humanos para execução completa e eficiente dos serviços contratados;

XVI - zelar pela boa e completa execução dos serviços contratados e facilitar, por todos os meios, a ampla ação fiscalizadora do CONTRATANTE, atendendo prontamente às exigências que lhe forem solicitadas, inclusive referentes à apresentação de documentos comprobatórios da execução do contrato e os relacionados ao cumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais;

XVII - cumprir e fazer com que seus trabalhadores cumpram as normas de higiene e segurança do trabalho, práticas sustentáveis, normas disciplinares e demais regulamentos do CONTRATANTE, bem como tratar com todas as pessoas que tiverem contato no local de execução dos serviços, dispensando especial atenção aos portadores de necessidades especiais e/ou aqueles com mobilidade reduzida;

XVIII - cuidar para que o(s) empregado(s) designado(s) para a execução dos serviços objeto deste Contrato sejam do patrimônio público;

XIX - arcar com todo dano ou prejuízo de qualquer natureza causado ao CONTRATANTE ou a terceiros, por dolo ou culpa, inclusive de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir os danos decorrentes de paralização ou interrupção dos serviços contratados, excetuados o caso fortuito ou força maior, circunstâncias que deverão ser comunicadas no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência, e que serão avaliadas pelo CONTRATANTE, cumprindo-se observar que:

a) eventuais valores devidos pelo CONTRATADA ao CONTRATANTE poderão ser descontados dos pagamentos pendentes ou vincendos;

b) o fato de o CONTRATANTE fiscalizar e acompanhar todo o procedimento não exclui nem reduz a obrigação expressa no presente item.

XX - realizar regularmente os exames de saúde dos seus empregados, na forma da lei, assim como arcar com todas as despesas decorrentes de transporte, alimentação, inclusive seguro de vida contra o risco de acidentes de trabalho e outras especificadas nas normas coletivas;

XXI - cumprir mensalmente, através da pertinente documentação, o cumprimento de todas as obrigações devidas aos empregados vinculados à execução do presente contrato, sob pena de, em caso de recusa ou falta de exibição desta, inviabilizar o ateste da(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), obtendo, por culpa exclusiva da CONTRATADA, o(s) pagamento(s) que lhe for(em) devido(s) até que seja cumprida a exigência e ainda, sujeitando à aplicação das penalidades previstas neste contrato;

XXII - prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE;

XXIII - providenciar o transporte dos seus empregados vinculados à execução contratual, em caso de greve/indisponibilidade no sistema de transporte coletivo do local da prestação dos serviços;

XXIV - não transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços contratados, sem prévia autorização do CONTRATANTE;

XXV - assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais, comerciais e obrigações sociais resultantes da execução do presente contrato;

XXVI - manter, sem interrupção, quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços contratados, inclusive no caso de solicitações extraordinárias nos períodos eletrônicos e em eventos especiais, cumprindo-se observar que não serão aceitas justificativas para falta de empregados, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço ou demissão de empregado;

XXVII - substituir imediatamente os empregados que não forem qualificados para a execução dos serviços ou que não atenderem a quaisquer exigências atribuídas à CONTRATADA;

XXVIII - responder, pessoalmente, direta e exclusivamente pelas reparações decorrentes de acidentes de trabalho ocorridos durante a execução dos serviços contratados, bem como pelos danos pessoais ou materiais causados por seus empregados ao CONTRATANTE ou a terceiros, ocorridos ou não nos locais de prestação dos serviços;

XXIX - manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas no Pregão Eletrônico TRE-GO nº. XX/XXXX;

XXX - assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução do presente contrato, originariamente originados ou vinculados por prevenção, conexão ou continência;

XXXI - apresentar, juntamente com a(s) nota(s) fiscal(is) de serviço/fatura(s), como condição para ser(em) atestada(s), a documentação exigida pela Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, descritas na Cláusula Sexta - Do Pagamento;

XXXII - respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso à documentação do CONTRATANTE;

XXXIII - comunicar, ao representante do CONTRATANTE, quando for o caso, qualquer anomalia verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

XXXIV - indicar e manter atualizados seus números de telefone, fax, endereço, e-mail, a fim de que o CONTRATANTE efetue quaisquer comunicações oficiais;

XXXV - responsabilizar-se diretamente pelo pagamento, nos prazos legais, de todas as despesas relativas aos profissionais que alcar para a execução das atividades estabelecidas neste instrumento, tais como: salários, seguros de acidentes, indenizações, tributos, vale-refeição, vale-transporte, uniformes e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas por Lei ou Convenção Coletiva de Trabalho;

XXXVI - cumprir os indicadores quanto à qualidade da execução dos serviços, constante especificado no item 15 do Termo de Referência (Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº. XX/XXXX);

XXXVII - não contratar durante a vigência desta avença empregados que sejam filhos, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;

XXXVIII - autorizar, no momento da assinatura do Contrato, o CONTRATANTE a fazer o desconto na futura ou nota fiscal dos valores referentes às provisões dos encargos trabalhistas mencionados no art. 4º da Resolução CNJ nº 169/2013 e Portaria nº 70/2019-PRES;

XXXIX - autorizar a abertura, em nome da CONTRATADA, de conta vinculada em banco público oficial, bloqueada para movimentação, onde serão depositados os valores relativos às provisões dos encargos trabalhistas mencionados no art. 4º da Resolução CNJ nº 169/2013 e Portaria nº 70/2019-PRES;

XL - autorizar o desconto na futura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas, quando houver falta no cumprimento das obrigações por parte da empresa, até o momento da regularização, sem prejuízo das penalidades previstas neste instrumento contratual;

XLI - estar ciente de que, em atendimento ao art. 9º da Resolução CNJ nº 169/2013 e art. 10 da Portaria nº 70/2019-PRES, os valores referentes às provisões dos encargos trabalhistas mencionados no art. 4º da referida Resolução deixarão de compor o valor do pagamento mensal à CONTRATADA, e serão depositados em conta-depósito vinculada, bloqueada para movimentação:

a) férias;

b) 1/3 constitucional;

c) 13º salário;

d) multa do FGTS por dispensa sem justa causa; e

e) incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário.

§ 1º Os profissionais designados pela CONTRATADA para execução dos serviços deverão apresentar-se no local de trabalho pontualmente, mantendo boa aparência e com crachá de identificação.

§ 2º A CONTRATADA operará como prestadora de serviços e, consequentemente, os profissionais que alcar para a execução dos serviços objeto deste instrumento não terão vínculo empregatício com o CONTRATANTE, sendo remunerados diretamente pela CONTRATADA, que será inteiramente responsável por todo o ônus e encargos decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e social vigente, como única empregadora da mão de obra utilizada para os fins estabelecidos no presente Contrato.

§ 3º A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos supracitados, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao CONTRATANTE, nem pode onerar o presente contrato.

§ 4º O descumprimento de qualquer das obrigações descritas nesta Cláusula, bem como a manutenção da CONTRATADA em situação irregular perante as obrigações fiscais e trabalhistas poderá configurar, conforme o caso, inexecução total ou parcial do contrato, podendo implicar em rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no presente instrumento e demais cominações legais.

§ 5º A CONTRATADA não poderá colocar à disposição do CONTRATANTE, para ocupar função de chefe no desempenho da execução dos serviços contratados, pessoa que tenha sido condenada em decisão com trânsito em julgado ou proferida por órgão jurisdicional colegiado, nos seguintes casos:

I - atos de improbidade administrativa;

II - crimes:

a) contra a administração pública;

b) contra a incolumidade pública;

c) contra a fé pública;

d) hediondos;

e) praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando;

f) de redução de pessoa à condição análoga à de escravo;

g) eleitorais, para os quais a lei contine pena privativa de liberdade;

h) de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

III - na mesma proibição incidem aqueles que tenham:

a) praticado atos causadores da perda do cargo ou emprego público;

b) sido excluídos do exercício da profissão, por decisão sancionatória judicial ou administrativa do órgão profissional competente;

c) suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, por decisão irrecorrível do órgão competente;

IV - não se aplicam as vetaduras acima discriminadas quando o crime tenha sido culposos ou considerado de menor potencial ofensivo;

V - deixam de incidir as vetaduras acima descritas depois de decorridos 05 (cinco) anos da:

a) extinção da punibilidade da crime respectivo, salvo em caso de absolvição pela instância superior, que retrogueira para todos os efeitos;

b) decisão que tenha ocasionado a exclusão do exercício profissional, a perda do cargo ou emprego público;

c) rejeição das contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas; ou

d) cessação dos efeitos da suspensão dos direitos políticos.

§ 6º A CONTRATADA autoriza, ainda, o CONTRATANTE a:

a) reter, a qualquer tempo, a garantia prevista na Cláusula Décima deste Contrato;

b) fazer o desconto nas futuras e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CONTINGENCIAMENTO DOS ENCARGOS TRABALHISTAS

I - As provisões de encargos trabalhistas relativas às férias, 1/3 constitucional, 13º salário e multa do FGTS por dispensa sem justa causa, bem como a incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário, a serem pagas pelo Tribunal à CONTRATADA para prestar os serviços objeto desta contratação, serão destacadas do valor mensal do contrato e depositadas em conta vinculada em banco público oficial, bloqueada para movimentação e aberta em nome da CONTRATADA.

a) A movimentação da conta vinculada será mediante autorização do CONTRATANTE, exclusivamente para o pagamento dessas obrigações;

b) A solicitação de abertura e a manutenção da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação - será providenciada pela Ordem de Depósito ou servidor designado pelo CONTRATANTE.

II - A fração do preço mensal do contrato que corresponder ao somatório dos encargos sociais devidos aos empregados da CONTRATADA alocados nos postos de trabalho será provisionada pelos seguintes percentuais abaixo: XX %

CONTA VINCULADA PROVISIONAMENTO DOS ENCARGOS TRABALHISTAS	
LUCRO PRESUMIDO (LP) OU LUCRO REAL (LR)	
ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FGTS*	
	XX%
13º SALÁRIO + FÉRIAS + 1/3 CONSTITUCIONAL	
	(A)
	19,44%
INCIDÊNCIA DOS ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FGTS SOBRE 13º SALÁRIO, FÉRIAS E 1/3 CONSTITUCIONAL	
	(B)
	XX%
MULTA SOBRE O FGTS	
	(C)
	1,2%
PERCENTUAIS TOTAIS DE PROVISIONAMENTO (A+B+C)	
	XX%

III - Os valores provisionados para o atendimento do disposto no item II serão obtidos pela aplicação de percentuais e valores constantes no edital e neste contrato;

IV - O CONTRATANTE promoverá abertura de conta vinculada, em banco público oficial, nos termos da Resolução nº 169, de 31 de janeiro de 2013 do Conselho Nacional de Justiça, e da Portaria nº 70/2019, de 21 de março de 2019 do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, sendo que não haverá despesas para abertura e manutenção da conta-depósito vinculada em razão de negociação com a instituição financeira;

V - A assinatura deste contrato, a ser firmado entre o TRE-GO e a empresa vencedora, sucedida das seguintes atos:

a) solicitação pelo CONTRATANTE ao Banco, mediante ofício, de abertura de conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, no nome da CONTRATADA, devendo o banco público oficial ao CONTRATANTE sobre a abertura da referida conta corrente;

b) assinatura, pela CONTRATADA, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação do CONTRATANTE, sob pena de multa, dos documentos de abertura da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, e de termo específico da instituição financeira oficial que permita ao CONTRATANTE ter acesso aos saldos e extratos, e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização do CONTRATANTE, conforme modelo (Anexo XXV).

VI - Os saldos da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, serão remunerados pelo índice da poupança ou por outro definido no acordo de cooperação com o banco oficial, sempre excedido o de maior rentabilidade;

VII - Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas mencionados no item II desta Cláusula, depositados na conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, deixarão de compor o valor do pagamento mensal à CONTRATADA;

VIII - Durante a execução do contrato poderá ocorrer liberação de valores da conta vinculada mediante autorização do CONTRATANTE, que deverá expedir ofício ao banco público oficial;

IX - A CONTRATADA poderá solicitar autorização do CONTRATANTE para:

a) registrar da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, os valores despendidos com o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias que estejam contempladas nas mesmas rubricas indicadas no item II desta Cláusula, desde que comprovado tratar-se dos empregados alocados pela CONTRATADA para prestação dos serviços contratados; e

b) movimentar os recursos da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, diretamente para a conta corrente dos empregados alocados na execução do contrato, desde que para o pagamento de verbas trabalhistas que estejam contempladas nas mesmas rubricas indicadas no item II desta Cláusula.

X - Para resgatar os recursos da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, conforme previsto na alínea "a" do item IX, a CONTRATADA, após pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias, deverá apresentar à unidade competente do Tribunal os documentos comprobatórios de que efetivamente pagou a cada empregado as rubricas indicadas no item II desta Cláusula, podendo requerer o resgate do lucro incidente sobre as rubricas pagas pelo CONTRATADA;

XI - O CONTRATANTE poderá, após a confirmação de pagamento das verbas trabalhistas retidas, a autorização de que trata a alínea "a" do item IX, acréscido do valor do lucro incidente sobre as rubricas pagas, encaminhando a referida autorização ao banco público no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela CONTRATADA;

XII - Na situação descrita na alínea "b" do item IX, o CONTRATANTE solicitará ao banco público oficial que, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da transferência dos valores para a conta corrente do beneficiário, apresente os respectivos comprovantes de depósitos;

XIII - eventuais saldos da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, serão liberados à CONTRATADA no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos aos serviços contratados;

XIV - Quando os valores a serem liberados da conta-depósito vinculada, bloqueada para movimentação, se referirem à rescisão do contrato de trabalho entre o CONTRATADA e o empregado alocado na execução do contrato, com mais de 1 (um) ano de serviço, o CONTRATANTE deverá requerer, por meio da CONTRATADA, a assistência do sindicato da categoria a que pertencer o empregado ou da autoridade do Ministério do Trabalho para a liberação dos valores;

XV - No caso de o sindicato negar o pagamento antes da assistência, a CONTRATADA poderá adotar um dos procedimentos indicados nas alíneas do item IX desta Cláusula, devendo apresentar ao CONTRATANTE, na situação consignada na alínea "b" do referido item, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do dia da transferência dos valores liberados para a conta corrente do empregado, a documentação viável pelo sindicato e o comprovante de depósito feito na conta dos beneficiários.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GARANTIA À EXECUÇÃO DO CONTRATO

Para garantir o fiel cumprimento de todas as disposições do presente instrumento, a CONTRATADA prestará, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis contados da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia à execução contratual, correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor global atualizado do contrato, podendo essa optar por caução em dinheiro, títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

§ 1º A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e/ou do inadimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) ressarcimento à Administração, no caso de rescisão contratual havida por culpa da CONTRATADA;

c) prejuízos diretos causados à Administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

d) multas moratórias e/ou positivas aplicadas à CONTRATADA, ainda que não cumuladas com a rescisão contratual;

e) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não honoradas pela CONTRATADA.

§ 2º A garantia prestada deverá vigor da data de assinatura deste contrato até 40 (quarenta) dias úteis após o término da vigência do mesmo, salvo se o CONTRATANTE tiver instaurado, em favor da CONTRATADA, processo administrativo destinado à aplicação de sanções, apuração de prejuízos, de descumprimento contratual e etc., situação na qual a garantia deverá vigor por até 30 (trinta) dias contados da decisão final daquele processo administrativo, devendo o garantidor ou fiador, nos casos de seguro-garantia e fiança bancária, ser comunicado, por intermédio da unidade gestora da contratação, da instauração daquele processo.

§ 3º Não serão aceitas garantias que restrinjam ou excluam de sua cobertura os eventos indicados no § 1º, bem como aquelas que não prevejam, expressamente, as disposições do § 2º, ambos da presente cláusula.

§ 4º A garantia na modalidade fiança bancária deverá ser apresentada, conforme o modelo contante do Anexo V, do Edital do Pregão Eletrônico TRE-GO nº XX/XXXX.

§ 5º A garantia somente será liberada mediante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação e, caso o referido pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, conforme estabelecido na alínea "c" do subitem 1.2 do Anexo VII-B, da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, observada a legislação que rege a matéria.

§ 6º Findo o prazo de vigência contratual, não havendo pendências a serem satisfeitas pela garantia, esta poderá ser levantada antes do término do trimestre estabelecido no § 2º desta Cláusula.

§ 7º Havendo prorrogação do prazo de vigência deste contrato, cumprirá a CONTRATADA providenciar, se necessário, a prorrogação/renovação da garantia à execução contratual.

§ 8º A CONTRATADA obriga, no caso em que a garantia não mais represente 5% (cinco por cento) do valor total global deste contrato, a fazer a respectiva reposição, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que for notificado pelo CONTRATANTE.

§ 9º A insubsistência do prazo fixado para apresentação e/ou reposta da garantia poderá acarretar para a CONTRATADA, garantida o direito ao contribuinte e à ampla defesa, a aplicação de multa moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até no máximo 2% (dois por cento).

§ 10 - Atraso injustificado na apresentação e na reposição da garantia superior a 25 (vinte e cinco) dias poderá acarretar a rescisão unilateral deste contrato, sem prejuízo da multa prevista no § 9º e demais cominações contratuais e legais.

§ 11 - A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal, em conta específica com correção monetária, em favor do CONTRATANTE.

§ 12 - O CONTRATANTE não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

a) caso fortuito ou força maior;

- b) alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;
- c) descumprimento das obrigações pelo contratado decorrentes de atos ou fatos praticados pela Administração;
- d) atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração.
- § 13. Cabe ao CONTRATANTE apurar a isenção da responsabilidade prevista nas alíneas c e d do § 12 desta cláusula.**
- § 14. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas neste item.**

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

Com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, poderá ser promovida revisão do preço contratual, desde que eventuais solicitações nesse sentido estejam acompanhadas de comprovação da superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato.

Parágrafo Único. A demonstração analítica será apresentada em conformidade com a Planilha de Custos e Formação de Preços, referida no Anexo XX, do Edital do Pregão Eletrônico TRE-GO nº XX/XXXX.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI Nº 13.709/2018

As partes contraentes devem cumprir fielmente o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - Lei nº 13.709/2018, na Resolução TSE nº 23.644/2021 (Política de Segurança da Informação da Justiça Eleitoral), na Resolução TSE nº 23.650/2021 (Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais no âmbito da Justiça Eleitoral), no que couber, assim como a todos os normativos internos da CONTRATANTE relacionadas à segurança da informação e à proteção de dados pessoais.

- §1º A CONTRATADA declara ter ciência da existência da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais a que venha ter acesso no cumprimento das obrigações contratuais;
- §2º Na hipótese de verificar que o cumprimento dentro das competências, compartimentos e/ou recebimentos de dados pessoais, a CONTRATADA se compromete a informar ao Autor Contratante, por escrito, com antecedência de, no mínimo, 15 (quinze) dias úteis, para que este autorize expressa, formal e previamente a referida prática;
- §3º É vedado aos profissionais a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratada para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal;
- §4º Os dados pessoais não poderão ser revendidos a terceiros, copiados, modificados ou removidos sem autorização prévia da parte CONTRATANTE. As informações não poderão ser utilizadas para qualquer finalidade além da execução deste instrumento;
- §5º Os dados pessoais somente pelo tempo necessário para a execução dos serviços contratuais. Ao fim, os dados serão imediatamente eliminados e não serão utilizados ou depositos no Arquivo de Lei, inciso I da LGPD ou por interesse público;
- §6º Quando houver tratamento de dados de menores, a CONTRATADA deverá providenciar a coleta de consentimento expresso de pelo menos um dos pais ou responsável legal;
- §7º A CONTRATADA obriga-se a comunicar ao CONTRATANTE até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acesso não autorizado aos dados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA REPACTUAÇÃO

Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitada pela **CONTRATADA** e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, o valor consignado no presente Contrato poderá ser repactuado, competindo à solicitante justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior posicionamento do **CONTRATANTE**, na forma estatuida no Decreto nº 9.507, de 2018, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa MPDG nº 5, de 2017, conforme abaixo disciplinado.

- § 1º O interregio mínimo de 01 (um) ano para a primeira repactuação será contada a partir da data limite para a apresentação da proposta ou da data do orçamento a que a proposta se referir, admitindo-se, como termo inicial, a data do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta.
- § 2º As repactuações subsequentes à primeira, e interregio de 01 (um) ano será contada a partir da data dos efeitos financeiros da última repactuação ocorrida.
- § 3º A **CONTRATADA** poderá exercer, perante o **CONTRATANTE**, seu direito à repactuação dos preços dos contratos até a data da prorrogação contratual subsequente ou antes do encerramento do contrato.
- § 4º Caso a **CONTRATADA** não apresente forma tempestiva seu pedido de repactuação e prorrogue o contrato sem pleiteá-la, ou, então, caso haja o seu encerramento, ocorrerá a preclusão do direito de repactuar.
- § 5º As repactuações serão precedidas de solicitação do **CONTRATADA**, acompanhada de demonstração analítica dos custos, por meio de apresentação das planilhas de custos e formação de preços, com memória de cálculo de cada item de custo que compõe o preço do novo acordo ou convenção coletivo ou dissídio coletivo da categoria envolvida, independentemente a comprovação da alteração dos preços de mercado em cada um dos itens da planilha a serem alterados.
- § 6º É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.
- § 7º Quando da solicitação da repactuação, a variação de custos decorrente do mercado somente será concedida mediante a comprovação pelo contratado do aumento dos mesmos, considerando-se:

5.3 As rejeições serão precedidas de solicitação da **UNITRATADE**, acompanhada de demonstração analítica dos custos, por meio de apresentação das planilhas de custos e formação de preços, com memória de cálculo de cada item de custo que compõe o preço do novo acordo ou convenção coletiva ou dissídio coletivo da categoria envolvida na execução dos serviços contratados, e, se for o caso, dos documentos indispensáveis à comprovação da alteração dos preços de mercado em cada um dos itens da planilha a serem alterados.

- a) os preços praticados no mercado e em outros contratos da Administração;
- b) as particularidades do contrato em vigência;
- c) novo planoilha com a variação dos custos aprendizada;
- d) indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e
- e) a disponibilidade documental do CONTRATANTE.
- § 1º O CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.
- § 2º Os novos valores contratuais decorrerão da reatuação produtiva efetiva.
- a) a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à reatuação com regra geral;
- b) em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da ocorrência de periodicidade para concessão das próximas reatuações futuras; ou
- c) em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a reatuação envolvier revisão do custo de mão de obra e estiver vinculada a instrumento legal, acordo, convenção ou seu equivalente em respectiva função.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA ALTERAÇÃO

Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas no art. 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS PENALIDADES E RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Por força do presente instrumento, com supedâneo nos termos expressos na Lei nº 8.666/1993 e na Lei nº 10.520/2002, considerar-se-á infração administrativa cometida pela CONTRATADA quando

- I - inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência dessa contratação;
- II - ensejar o retardamento da execução do objeto;
- III - fraudar a execução do contrato;
- IV - comportar-se de modo inidôneo;
- V - cometer fraude fiscal;
- VI - descumprir a proposta.

- § 1º Se por **CONTRATA** ocorrer qualquer das infrações discriminadas acima, ficará sujeita, sem prejuízo de responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) advertência por **CONTRATA** escrita, assim entendida aquela que não acarretar prejuízos significativos para o **CONTRATANTE**;
 - b) multa moratória de 0,66% (vêtois sessenta e seis centes) sobre o valor total do contrato por dia de atraso injustificado na prestação dos serviços;
 - c) multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
 - d) em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
 - e) suspensão de licitar e impedimento de contratar com o **CONTRATANTE** pelo prazo de até 2 (dois) anos;
 - f) impedimento de licitar e contratar com o **CONTRATANTE** com o consequente descadotamento no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
 - g) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o **CONTRATANTE** Público, enquanto permanecerem os motivos determinantes da punição ou até que seja provido o ressarcimento da **CONTRATA**;
 - h) declaração de inidoneidade para contratar com o **CONTRATANTE** Público, enquanto permanecerem os motivos determinantes da punição ou até que seja provido o ressarcimento da **CONTRATA**;

- a) tiver sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

- c) aplicação não possui violência para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- § 4º A suspensão de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993 e, subsidiariamente, a Lei nº 9.784/1999.
- § 4º A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da infração cometida pela CONTRATADA, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado ao CONTRATANTE, observado o princípio da proporcionalidade.
- § 5º As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAR.

- § 9º As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- § 10 As cláusulas previstas estabelecidas neste instrumento não excluem a possibilidade do CONTRATANTE exigir do CONTRATADO ressarcimentos complementares decorrentes de multa.
- § 11 As multas impostas à CONTRATADA, decorrentes de inexecução parcial do total do presente ajuste, serão cobradas em dobro nos casos de reincidência, não podendo ultrapassar a 100% (cem por cento) do valor total do contrato (artigo 412 CCB), sem prejuízo de cobrança de perdas e danos causados à Administração e eventual rescisão contratual, cumprido-se observar que:
- a) independentemente da aplicação de multa, deverá a CONTRATADA realizar o ressarcimento integral das perdas e danos causados ao CONTRATANTE, decorrentes da inexecução, parcial ou total, das obrigações contratuais;
- b) para determinar a reincidência no descumprimento do ajuste, serão considerados os antecendentes da CONTRATADA nos últimos 12 (doze) meses, contados a partir da primeira ocorrência, ainda que sobrestada, não importando se decorrente de fato gerador distinto;
- c) as multas a serem aplicadas, a título de reincidência, considerarão todo o período de vigência da execução do contrato, inclusive eventuais prorrogações.
- § 12 Da aplicação das penalidades estabelecidas na presente cláusula caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação.
- § 13 Das referências de multa, indenização e ressarcimento devidas pela CONTRATADA serão acrescentados de eventuais créditos de qualquer natureza devidos pela CONTRATADA à CONTRATADA.
- § 14 Assim que restar certo ao CONTRATANTE, após se dar de eventuais créditos devidos à CONTRATADA, ficará obrigada, esta última, a pagar a importância remanescente devida no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da notificação, conforme os termos e dados especificados no documento.
- § 15 Esgotados os meios administrativos de cobrança, os valores devidos pela CONTRATADA ao CONTRATANTE serão encaminhados para inscrição em dívida ativa e cobrança judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA RESCISÃO

O inadimplemento das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato poderá ensejar sua rescisão, nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Sétima - Das Penalidades e Recursos Administrativos, do presente instrumento.

§ 1º No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a **CONTRATADA** terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o **CONTRATANTE** adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

- § 2º** Nos casos de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá:

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICIDADE

O extrato do presente contrato será publicado no Diário Oficial da União, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

As questões decorrentes da execução deste Contrato, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no foro da Cidade de Goiânia - GO, Seção Judiciária de Goiás, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo as exceções previstas no art. 109, inc. I, da Constituição Federal.

E por estarem deste modo acordadas, as partes mandaram redigir o presente instrumento, que, lido e achado conforme, está anexado nos autos do SEI nº 22.0.000000232-5.

Gabinete da Diretoria-Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, em Goiânia, na data registrada na última assinatura digital.

XXXXXXXXXXXXXXXXX
DIRETOR-GERAL DO TRE/GO

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

Documento assinado eletronicamente por GLEYSON ALVES DE MORAIS, TÉCNICO JUDICIÁRIO, em 01/03/2023, às 13:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sui.brasim.br/sui/controleador_externo.php?acao=verdocumento_confirmar&id_documento=6882472 e o código CRC 85748999